UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA E CONSERVAÇÃO DE ARTE RUPESTRE

CARACTERIZAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO CEMITÉRIO BATALHÃO DO JENIPAPO EM CAMPO MAIOR – PI

ANA RAQUEL VALE PRADO

Teresina – PI
2024

ANA RAQUEL VALE PRADO

CARACTERIZAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO CEMITÉRIO BATALHÃO DO JENIPAPO EM CAMPO MAIOR – PI

Trabalho apresentado ao Curso de Graduação em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre para obtenção do título de Bacharel em Arqueologia.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria do Amparo Alves de Carvalho

Teresina – PI

2024

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha imensa gratidão aos meus pais, Antônio e Maria da Saúde, que desde a infância foram minhas influências principais na construção da minha formação educacional. Mesmo que ambos não tenham tido a oportunidade de concluir os estudos, sabem dos valores que a educação faz na formação de um cidadão e se preocuparam em trilhar meus caminhos. Mesmo não sabendo do que se tratava o curso que eu havia ingressado em 2019, nunca deixaram de me apoiar e ser auxílio quando mais precisei, sempre me dando forças para continuar. Mãe e pai, cada uma dessas folhas é dedicada a vocês. Amo-os de todo o coração.

Quero conceder esta vitória a Deus pois jamais teria finalizado esse ciclo importante na minha vida sem seu amparo. Nos dias difíceis e de desânimo, ele foi aquele que acalentou meus pensamentos e acalmou meu coração tirando toda a ansiedade que tinha pelo futuro. Mesmo que dentro desses 6 anos eu tenha experienciado muitos altos e baixos, diversas adversidades na trajetória acadêmica e momentos de fraqueza pensando em desistir, lutei psicologicamente nos momentos de tristeza sempre a favor de um sonho: a formação em Arqueologia na qual tantos abandonaram o sonho na infância.

Agradeço algumas pessoas da minha família pelo apoio e preocupação pela distância que há entre nós, mas sempre me incentivando e orando por mim, ao contrário de alguns que não viam futuro algum na minha formação. Sou grata a todos os meus familiares e amigos que torceram pelo meu trajeto e sucesso, mesmo com a distância, se fizeram presentes na minha vida.

Na reta final da minha trajetória acadêmica, tive a sorte de encontrar meu grande amor que desde então tem sido o maior torcedor das minhas conquistas e tem todos os dias me incentivado a buscar sempre o melhor para mim em todos os aspectos da vida. Te amo Ronaldo, obrigada por ser tão compreensível e sempre valorizar meus objetivos e conquistas.

Gostaria de agradecer à minha orientadora Maria do Amparo, que esteve comigo desde 2021 até os dias atuais, pelo auxílio nos trabalhos, por tirar minhas dúvidas com sua vasta experiência, me dar forças para dar continuidade aos projetos envolvidos e sendo paciente com minha rotina fora da Universidade, sempre tão agitada. Eu poderia escrever diversas linhas como agradecimento e não seriam

suficientes para expressar minha imensa gratidão. Obrigada por ter me orientado e pelo seu alto astral nas nossas diversas viagens de campo.

Muito obrigada ao senhor Antônio Miranda, atual guia e responsável pelo Monumento do Jenipapo por sempre nos receber tão bem, nos atualizar sobre as mudanças do lugar e pela sua experiência de vida.

Agradeço a Universidade Federal do Piauí, essencial no meu processo de formação profissional, pela dedicação, e por tudo o que aprendi ao longo dos anos no curso. Sou grata ao NAP por sempre disponibilizar os equipamentos que utilizei durante minha pesquisa como: a câmera fotográfica e o GPS, que me auxiliaram na construção dos trabalhos que foram realizados.

Tenho profunda gratidão a todo corpo docente da graduação de Arqueologia, pelas suas contribuições ao longo do curso, por serem responsáveis por nossa formação e por sempre apresentar novos pontos de vista sobre o mundo. Em especial gostaria de agradecer ao professor Flávio Calippo, pelo auxílio e contribuições dadas em campo e por deixar as atividades de campo mais descontraídas com suas histórias. Outra pessoa muito importante no processo da realização do trabalho foi Anne Kareninne, que foi essencial tanto com suas contribuições bibliográficas quanto às idas a campo. Aos amigos que a graduação me trouxe agradeço o apoio de vocês e por dividirmos nossas aflições acadêmicas.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão à banca examinadora do meu TCC. Agradeço pelo tempo dedicado à leitura e avaliação do meu trabalho, bem como pelos valiosos feedbacks que contribuíram para o aprimoramento deste projeto.

Agradeço a Deus por me proporcionar essa oportunidade na minha vida de ter contato com um curso tão rico em saberes e tão sensível com a história do passado. Gratidão a todos que me fortaleceram nesse sonho.

RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo arqueológico sobre a caracterização e apropriação do Cemitério Heróis do Batalhão, seu entorno e o estudo da cultura material disponível. O referido cemitério é considerado nesta pesquisa como o ambiente onde aconteceu o confronto da Batalha do Jenipapo no dia 13 de março de 1823 em Campo Maior – PI, no contexto da Independência do Brasil. Estavam envolvidas as tropas portuguesas lideradas pelo Major João José da Cunha Fidié contra um grupo formado por cearenses, piauienses e maranhenses que buscavam a separação de Brasil e Portugal. Neste local, situado próximo ao rio Jenipapo está o cemitério simbólico e seu estudo é de grande relevância, pois nesta pesquisa investigou-se os dados históricos além de ser feito a caracterização do espaço, seu mapeamento e a conexão da paisagem com os símbolos que ela representa para a comunidade que visita o cemitério. Através da Arqueologia Histórica e especialmente a Arqueologia em Campos de Batalha é possível criar argumentos sobre a cultura material disponível, através dos parâmetros das duas disciplinas, bem como empregar a metodologia adequada para o estudo dos remanescentes históricos. Os métodos utilizados consistiram em levantamento histórico de documentos sobre a localidade, visitas à cidade de Campo Maior para reconhecimento da área do Cemitério do Batalhão e seu entorno, mapeamento do cemitério, tombamento dos túmulos, coletas de imagens fotográficas e imagens aéreas feitas por Drone. Nesta pesquisa se discutiu com alguns autores como Anico (2005), Lima (1993), Branco (2018), Carvalho (2014), Cavalcante (2014), Landa e Lara (2014), Lino (2011), Sysmanski (2011), dentre outros. Ao final desta pesquisa foi apresentado a caracterização dos túmulos e a relação da comunidade com o Cemitério do Batalhão do Jenipapo.

Palavras- Chaves: Arqueologia Histórica. Batalha do Jenipapo. Campos de Batalha. Cemitério Herois do Batalhão. Cultura material.

ABSTRACT

This paper presents an archaeological study on the characterization and appropriation of the Herois do Batalhão Cemetery, its surroundings and the study of the available material culture. This cemetery is considered in this research to be the environment where the Battle of Jenipapo took place on March 13, 1823, in Campo Maior - PI, in the context of Brazilian Independence. It involved Portuguese troops led by Major João José da Cunha Fidié against a group made up of people from Ceará, Piauí and Maranhão who were seeking the separation of Brazil and Portugal. The symbolic cemetery is located on this site, next to the Jenipapo River, and its study is of great importance because this research investigated the historical data as well as characterizing the space, mapping it and connecting the landscape with the symbols it represents for the community that visits the cemetery. Through Historical Archaeology and especially Archaeology in Campos de Batalha, it is possible to create arguments about the material culture available through the parameters of the two disciplines, as well as employing the appropriate methodology for the study of historical remains. The methods used consisted of a historical survey of documents about the locality, visits to the city of Campo Maior to recognize the area of the Battalion Cemetery and its surroundings, mapping of the cemetery, tombstones, collection of photographic images and aerial images taken by drone. In this research we discussed with some authors such as Anico (2005), Lima (1993), Branco (2018), Carvalho (2014), Cavalcante (2014), Landa and Lara (2014), Lino (2011), Sysmanski (2011), among others. At the end of this research, the characterization of the tombs and the community's relationship with the Batalhão do Jenipapo Cemetery were presented.

Keywords: Historical Archaeology. Battle of Jenipapo. Battlefields. Herois do Batalhão Cemetery. Material culture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização da cidade de Campo Maior.....25
Figura 2 - Túmulo do Cemitério Batalhão composto por rochas.....26
Figura 3 - Fruto do Jenipapeiro (Genipa americana L.) que derivou o nome rio Jenipapo e consequentemente a Batalha do Jenipapo.....29
Figura 4 - Rio Jenipapo a esquerda com trecho da ponte da BR – 343.....33
Figura 5 - Igreja Matriz de Santo Antônio com parte da Praça Bona Primo a sua frente.....35
Figura 6 - Cemitério do Batalhão com obelisco à direita, antes da restauração de 2022.....37
Figura 7 - Entrada do Cemitério e Monumento aos Herois do Jenipapo.....38
Figura 8 - Pórtico situado na BR 343 próximo ao Monumento do Batalhão.....38
Figura 9 – Capão do Fidié – Proximidades do acampamento das tropas antes da batalha, na Fazenda Canto do Silva.....39
Figura 10 - Ruínas da Fazenda Angelim - acampamento do Fidié antes da Batalha do Jenipapo.....39
Figura 11 - Arma Nº 01 - Fuzil calibre 7,62m.....44
Figura 12 – Arma Nº 03 - Carabina “WINCHESTER” Calibre .44.....44
Figura 13 – Arma Nº 06 - Espingarda calibre 20,0 mm.....44
Figura 14 – Cartuchos de diversos calibres.....45
Figura 15 – 01 peça Cal 110.5mm de alma lisa, ante carga, com inscrições na parte posterior “F SOLID” Disponibilidade de laboratórios.....45
Figura 16 - Cruzeiro com diversas velas e alguns ex-votos Número de computadores.....47
Figura 17 - Homem em atitude de devoção acendendo velas no Cruzeiro no Cemitério do Batalhão.....48
Figura 18 - Passarela construída no trajeto do cemitério que interliga o monumento ao obelisco.....52
Figura 19 - Maquete confeccionada no local onde antes era o museu do monumento.....52
Figura 20 - Passarela do trajeto do cemitério durante a noite para destaque da iluminação.....53
Figura 21 - Vegetação recobrindo túmulos do cemitério.....54

Figura 22 - Túmulo sem nenhum símbolo religioso…..55
Figura 23 - Canhão em evidência no Monumento do Batalhão com bustos ao fundo.....56
Figura 24 - Modelo digital da área correspondente ao Cemitério do Batalhão.....57
Figura 25 - Modelo ortomosaico da área correspondente ao Cemitério do Batalhão.....57
Figura 26 - Cemitério do Batalhão, antes da construção do Monumento, na década de 1970.....58
Figura 27 - Imagem aérea feita com drone da parte frontal do Monumento Batalhão do Jenipapo.....58
Figura 28 - Imagem feita com drone do Cemitério do Batalhão.....59
Figura 29 - Túmulo com etiqueta numérica e escala apontando para o norte.....59
Figura 30 - Apresentação cívico-militar em comemoração dos 200 anos da Batalha do Jenipapo.....60

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Uso dos solos em Campo Maior – PI……..31

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 10
2. ARQUEOLOGIA EM CAMPOS DE BATALHA: UMA DISCUSSÃO BASEADA NA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA 14
2.1 Contexto da Batalha do Jenipapo 19
2.2 Campo Maior: aspectos ambientais 24
2.2.1. Geologia 25
2.2.2. Relevo 26
2.2.3. Vegetação 28
2.2.4. Clima 29
2.2.4.Solo 30
2.2.4.Rede hidrográfica 32
3. ESPAÇOS E CULTURA MATERIAL DA BATALHA DO JENIPAPO A PARTIR DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA 34
3.1. Simbolismo e religiosidade 45
4. CARACTERIZAÇÃO E MAPEAMENTO DO CEMITÉRIO DO BATALHÃO 49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 65

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco desenvolver uma análise sobre a materialidade remanescente do conflito da Batalha do Jenipapo, caracterizando os túmulos presentes no Cemitério do Batalhão e a paisagem ao seu redor.

O referido cemitério foi tombado no dia 30 de novembro de 1938 segundo o Processo n° 185T, com inscrição n°113 onde é possível encontrá-la com a numeração de n°232 no Livro História e Belas Artes sendo, portanto, um patrimônio a ser preservado (Iphan, 2009). As sepulturas estão localizadas logo atrás do Monumento aos Herois do Jenipapo, na qual foi construído em 1974, curiosamente durante o período da ditadura (Fonseca, 2010). No local há também um obelisco que devido sua localização contrária ao do cemitério, indica o possível lugar onde foi o campo do conflito a exatamente 201 anos atrás (Carvalho, 2014).

Sendo assim, para entender o contexto histórico em que o ambiente está inserido, houve a busca de autores que são referência no assunto. Alguns deles são Monsenhor Chaves (2005), Luiz Mottt (1976), Brandão (1995), Abdias Neves (2006), Carvalho (2014), Nunes (2007), e dentre outros que irei mencionar no percurso deste trabalho. O referido conflito ocorreu no dia 13 de março de 1823, próximo ao rio Jenipapo na cidade de Campo Maior no Piauí e teve como envolvidos as tropas portuguesas comandadas pelo Major João José da Cunha Fidié contra combatentes formados por cearenses, piauienses e maranhenses que aderiram ao movimento de independência em 24 de janeiro de 1823 (Santana y Santos, 2007).

Com enfoque na cultura material fruto desse embate e visando abordar a problemática sobre a maneira na qual os túmulos e outros elementos do Cemitério se apresentam na paisagem, bem como a caraterização da mesma em relação ao campo santo e a ligação destes dois integrantes com a população, esse trabalho justifica-se por primeiramente haver uma motivação individual em que no percurso da minha formação em Arqueologia tive a oportunidade de ter contato com diversas temáticas que englobam a área e que possuem distintas formas de interdisciplinaridades com outras áreas do conhecimento. Entretanto, ainda não havia encontrado a categoria de pesquisa que me encantasse ao nível

de tornar-se meu objeto de estudo. Minha primeira proximidade com o local escolhido para investigação ocorreu antes mesmo de ingressar no curso de Arqueologia.

Como sou do estado do Ceará, realizei minha primeira visita ao solo piauiense em agosto de 2018, antes de entrar na graduação em 2019. No trajeto entre minha terra natal e o município de Teresina, percorri o centro de Campo Maior rapidamente em um ônibus de viagens e a rodovia federal BR-343 onde está localizado o Monumento aos Herois do Jenipapo. Ao deparar com o símbolo das duas espingardas vermelhas apontadas para o céu que ficam nas margens da rodovia, aquilo logo chamou minha atenção por causa da grandiosidade dos elementos do lugar, porém não sabia do que se tratava. Perguntei a alguns amigos e conhecidos de Teresina se tinham conhecimento sobre o que era aquilo, mas nenhum deles pôde me informar com exatidão.

Somente dois anos depois desvendei esse grande mistério ao ingressar na iniciação científica com o plano de trabalho “Prospecção e mapeamento do Campo da Batalha do Jenipapo e das travessias do rio Jenipapo em Campo Maior, Piauí”. Ao ter contato com a cultura material da localidade e compreender a importância da luta que ocorreu a mais de 200 anos atrás, percebi naquele instante minha paixão e sensibilidade pelos enredos históricos que tratam a luta árdua e a resistência de um povo por um bem maior, neste caso, a Batalha do Jenipapo.

A magnitude desse estudo também apresenta uma utilidade social ao tratar da investigação da materialidade fruto de um importante acontecimento histórico que ocorreu no dia 13 de março de 1823 sendo um evento participativo e imprescindível para o processo de independência do país. Ademais, a análise a ser feita claramente projeta-se para a área acadêmica devido sua estreita ligação com a arqueologia brasileira e arqueologia histórica na qual esta última possui uma forte associação com o campo das Ciências Sociais, porém como está vinculada a arqueologia, é possível realizar novos questionamentos sobre as narrativas que possuem documentos oficiais, todavia é através dos artefatos que é possível responder às novas perguntas que surgem ao lançar mão dos artifícios do campo arqueológico.

Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é investigar os vestígios da cultura material presente no Cemitério do Batalhão e sua relação com o espaço.

De forma mais específica, buscou-se caracterizar os túmulos bem como os objetos móveis que há no local, analisar a localização do cemitério e arredores onde foram os possíveis locais de confronto e percurso e relacionar a comunidade e visitantes ao campo santo.

Os métodos empregados compreendem primeiramente o levantamento bibliográfico dos autores já mencionados que trazem coletâneas clássicas e utilizei também outros autores basilares do campo da Arqueologia Histórica como Funari (2001), Tânia Andrade Lima (1993), Orser e Funari (1992), Sysmanski (2009) e Trigger (2004).

Após a leitura crítica dos trabalhos mencionados, foi realizada a prospecção por caminhamento e o levantamento de imagens com drones que também produziu filmagens do cemitério, monumento e rios próximos. O terceiro método empregado foi a caracterização dos túmulos bem como os outros elementos constituintes do cemitério. Ao trabalhar com as sepulturas foi possível pôr em prática uma abordagem quali-quantitativa ao realizar diversos estudos, dentre eles a classificação da antiguidade das mesmas, a distinção entre elas e sua quantificação através de métodos de identificação que serão aprofundados no capítulo 4. Outro método foi o registro da localização de cada túmulo através das coordenadas geográficas com o auxílio de GPS e que mais tarde foi essencial na elaboração de mapas para a visualização da disposição dos túmulos no cemitério.

Essa monografia está estruturada em cinco capítulos, em que o primeiro se trata de um capítulo introdutório na qual se apresenta o tema já proposto, a caracterização e apropriação do Cemitério do Batalhão. Foi apresentada a problematização, os objetivos, a justificativa e relevância do estudo e por fim, os métodos empregados.

No segundo capítulo é apresentado um escopo teórico aprofundando a Arqueologia Histórica e Arqueologia em campos de batalha. Após os parágrafos introdutórios, é retratado em um segundo tópico a conjuntura cronológica e histórica que sucedeu no Piauí e em todo o Brasil até o estopim do conflito e por fim, aspectos ambientais e culturais a respeito do município de Campo Maior interligando com documentos antigos a respeito de sua paisagem em outras décadas. Este capítulo tem devido valor para o foco deste trabalho pois retrata o cenário em que ocorreu a batalha e a atual configuração do espaço.

Ao iniciar o terceiro capítulo, é feita a análise da cultura material que será o foco desta monografia – neste caso os túmulos e outros elementos do cemitério - além de outros componentes que é possível encontrar no município. Nessa etapa, é feita a análise das reminiscências do combate a partir do estudo da Arqueologia Histórica.

Iniciando o quarto capítulo entramos na abordagem metodológica a respeito da investigação analítica e mapeamento do objetivo deste trabalho além de destacar o patrimônio e memória do local destacando, com textos relacionados a preservação e educação patrimonial sobre a relevância que o ambiente possui para a comunidade e ao mesmo tempo trazendo as problemáticas que o local apresenta.

No quinto capítulo, são abordados os métodos elaborados no decorrer do trabalho que tiveram como finalidade realizar a caracterização e o mapeamento do Cemitério do Batalhão.

Por fim, no último capítulo apresento as considerações finais onde foram discutidos e interpretados os dados alcançados com esse trabalho de conclusão de curso, além de futuras perspectivas e anseios sobre trabalhos posteriores.

2. ARQUEOLOGIA EM CAMPOS DE BATALHA: UMA DISCUSSÃO BASEADA NA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

Para que sejam abordados os aspectos aos quais esse estudo se propõe, se faz necessário, portanto, realizar uma pesquisa acerca da contextualização da arqueologia histórica nos cenários mundial e brasileiro no passar dos anos e buscar o vínculo da disciplina com a arqueologia em campos de batalha e o estudo da cultura material remanescente da Batalha do Jenipapo.

Para que a arqueologia alcançasse sua atual apresentação como um campo disciplinar com foco na pesquisa científica, foi necessário trilhar uma longa trajetória que reformulou sua forma de investigação e estudo da cultura material.

Em princípio, a Arqueologia começou a ganhar maior notoriedade após a expansão territorial das potências europeias e dos Estados Unidos no período colonial. Os primeiros arqueólogos que surgiram atuavam na área a partir de uma perspectiva mais mitológica e aventureira, motivos os quais foram responsáveis pela propagação de sua popularidade (Funari, 2003). Nos primórdios da arqueologia, antes da mesma obter as ferramentas necessárias para ser considerada uma disciplina com premissas e postulados teóricos, o mundo antigo presente em artefatos, documentos escritos e grandes estruturas eram até então de origens desconhecidas para as pessoas.

Ademais, o público encarava a Arqueologia de maneira fantasiosa como sendo uma área cheia de perigos e baseada na busca por tesouros, fama atribuída a filmes como a sequência de Indiana Jones. Ou ainda, há maior admiração apenas pelo período clássico citando caso análogo aos intelectuais da Renascença que procuravam fundamentar sua cultura com a literatura clássica das cidades-estados italianas (Slotkin, 1965).

Como destaca Trigger (2004), o entusiasmo das pessoas ao se deparar com uma descoberta arqueológica aponta a premência que há para encaixá-las nas suas histórias. Isso se dá por causa da necessidade de que há pela busca de suas origens, construção de identidades e sentimento de pertencimento.

Portanto, para desenvolver um debate acerca da relação entre a arqueologia histórica e o local de confronto da Batalha do Jenipapo, se faz

pertinente trazer definições importantes, iniciando a discussão a partir do termo da própria Arqueologia.

Na concepção de Funari (2003), o estudo da arqueologia está voltado para a totalidade material que foi consumida por uma sociedade sendo esta, parte de uma cultura com caráter cronológico não limitante. Trata-se, portanto, da análise do objeto e a sua relação com a sociedade que o criou, o consumiu e o descartou.

Outrossim, a arqueologia é fundamentada na leitura dos dados arqueológicos provenientes dos elementos remanescentes de populações anteriores que configuram no material o seu comportamento (Trigger, 2004).

Entretanto, ao contrário do que se imaginava, a temática da arqueologia não é voltada apenas para o estudo do passado, pois ela tem ampliado seus objetos de interesse para qualquer período (Funari, 2003). A partir dessa análise, sua linha de pesquisa tem criado ramificações que geram subdisciplinas na qual interligam-se com outras áreas do conhecimento, seja das ciências naturais, das ciências sociais, linguística e etnologia, por exemplo.

Um exemplo da interdisciplinaridade que há na arqueologia, concerne à Arqueologia Histórica, sendo uma subdisciplina relacionada a história que se interliga a ideia de identidades e o estudo das sociedades pela cultura material. Além disso, a materialidade fornece informações de grande relevância sobre um período ou aqueles que criaram o artefato (Funari, 2007). Portanto, a disciplina não deve atuar apenas como uma coadjuvante dentro do cenário das pesquisas científicas.

Por um longo tempo, a arqueologia histórica foi tratada com certa marginalidade dentro da arqueologia sendo considerada como uma área de menor impacto para os trabalhos científicos comparada a outras disciplinas, em função da sua maneira de operar em um nível arqueográfico sem considerar sua potencialidade interpretativa, delegando a esta área de conhecimentos um papel auxiliar (Lima, 1993).

Tal postura excludente e demora para a formalização da disciplina, foram ocasionadas devido ao foco das pesquisas nos primórdios da arqueologia, na qual, como já foi mencionado em parágrafos anteriores, eram concentradas na arqueologia clássica.

Entretanto, desde o início da disciplina surgiram muitas teorias que foram essenciais na formação da área e início de suas novas abordagens. Tais teorias, mesmo sofrendo adaptações no decorrer dos anos, ainda possuem adeptos que as aplicam em contextos arqueológicos distintos.

Sendo a arqueologia herdeira do Nacionalismo do século XIX, ela tem sua teoria mais ampliada no modelo do histórico-culturalismo baseada na ideia de que cada nação seria composta por um grupo étnico com um território delimitado e uma cultura que abarca língua e tradições, e a partir dessa cultura, surgiu o conceito de cultura arqueológica (Funari, 2010).

Contudo, no Brasil, o histórico-culturalismo teve como variante um modelo mais simplório, porém, bastante presente na arqueologia brasileira e histórica com especificidades pontuais, empíricas, descritivas, classificatórias e biográficas (...) além de interesse por monumentos de poder civil, religioso e militar (Lima, 1993). Esse último ponto está calcado sob a ótica do valor cultural, histórico, social e econômico que há nas esculturas, edifícios e objetos que foram construídos durante a formação do país que carregam uma parte da memória daqueles que o criaram, juntamente com suas crenças, estilos e opiniões sendo este, portanto, o foco deste trabalho: objetos e toda a cultura material, advinda do conflito separatista, bem como sua relação com o meio a partir dos parâmetros da Arqueologia Histórica:

> A concepção histórico-cultural resultou em um significativo aperfeiçoamento de métodos arqueológicos. Isso é evidente sobretudo no tocante à seriação, estratigrafia, classificação e aumento da compreensão do modo como se vivia no passado. Uma vez que os arqueólogos se tornaram mais interessados em problemas históricos do que em problemas evolutivos, perceberam o valor de controles cada vez mais rígidos de variação, tanto cronológica como cultural (Trigger, 2004, p. 192).

Quando a arqueologia histórica passou a receber o reconhecimento devido – na década de 1960 - começaram a surgir pesquisas ligadas ao processualismo na qual trouxeram para suas respectivas investigações uma análise comparativa inter-sítios para entender a influência da variabilidade do status-socioeconômico daqueles que viveram nos sítios arqueológicos estudados de acordo com o material disponível (Sysmanski, 2009).

A arqueologia processual ressalta que há certa assiduidade no comportamento humano, partindo de um pressuposto oriundo do capitalismo na qual afirma que a humanidade busca a maximização dos resultados e minimização dos custos (Funari, 2010). O sistema econômico capitalista vigente prioriza a eficácia, o rendimento, o uso e interpretação dos dados quantitativos e esses aspectos são visualizados no processualismo com ferramentas estatísticas, por exemplo.

Contraposto ao seu elogio e afeição pela antropologia, há o distanciamento pela história e a recusa da importância de trajetórias históricas específicas que fizeram do processualismo uma ferramenta teórico-metodológica pouco eficaz no estudo das formações sociais americanas comprometendo-o a críticas severas na década de 1980 (Lima, 2002). Além disso, a padronização e generalizações que permeiam a metodologia da teoria, provocaram limitações por ignorar eventos particulares e essenciais na formação das sociedades.

Com o decaimento da corrente processualista, muitos arqueólogos, lançaram mão de um novo esquema geral com termo cunhado pelo arqueólogo britânico Ian Hodder (1986) que se tratava da arqueologia pós-processual, e segundo o autor, “a arqueologia deveria estabelecer seus laços tradicionais com a história” (Orser e Funari, 1992).

O novo movimento pós-processual enriqueceu a arqueologia histórica no sentido de que a disciplina passou a ser fomentadora de novas contribuições para as ciências sociais graças aos novos estudos do dinamismo nas sociedades bem como as relações de poder, de conflitos de classe e de gênero dentro de contextos históricos intrínsecos (Lima, 2002).

Em consonância, a corrente pós-processual veio com uma conduta contrária ao processualismo, por ter enfoques teóricos reformulados ao prezar pela interpretação das narrativas históricas, portanto, com a valorização da história.

Todavia, como bem assinalou Lima (2002) tanto a antropologia tem um valor histórico quanto a história tem uma dimensão antropológica, na qual são complementares dentro de seus universos de estudo, logo, essa competição divergente não tem sentido dentro da Arqueologia.

Pode-se então inferir que é possível assimilar ambas as correntes teóricas e metodológicas para o estudo da arqueologia histórica pois ela é composta por diversas linhas conceituais que se cruzam e promovem um campo multi e interdisciplinar, partilhando interesses em comum (Orser, 1992).

A pluralidade de saberes é visualizada na arqueologia histórica ao tratar dos temas diversos que ela abarca, ou seja, suas ramificações. Dentre elas, está a arqueologia de conflito e arqueologia em campos de batalha na qual serão discutidas no presente trabalho relacionando-as ao conflito da Batalha do Jenipapo:

É importante destacar que o termo “arqueologia dos conflitos” tem maior proximidade do viés mais crítico relacionado a arqueologia e movimento sociais e o envolvimento de violência (Lino, 2011) como é o caso da Batalha do Jenipapo no período de Independência do Brasil.

O presente trabalho busca abordar de maneira introdutória a respeito dos conflitos iniciais que ocorriam no processo de independência, mas como o foco da investigação é aprofundar os aspectos militares do conflito bélico, serão utilizados os conceitos e parâmetros da arqueologia em campos de batalha.

Landa e Lara (2014) consideram que os campos de batalha são compostos por um eixo temático que a arqueologia deve dar contributos específicos, portanto, por ser um estudo de sítio específico, a constituição do local e dos artefatos encontrados em contextos bélicos devem ser aspectos estudados na fase inicial dos trabalhos devido a especificidade do campo de trabalho.

Lino (2011) afirma que os campos de batalhas possuem uma dupla existência, sendo um ambiente onde no passado presenciou conflitos bélicos e nos tempos hodiernos tornaram-se locais onde há depósitos arqueológicos e que passou por reapropriação passando a ser um ponto de evocação de memórias.

É possível inferir o dueto dessa perspectiva nos estudos da Batalha do Jenipapo pois onde atualmente está situado o Cemitério do Batalhão, é um local onde já foram encontrados diversos vestígios do confronto e através das documentações, é possível comprovar tal argumento.

Aprofundando o aspecto da ressignificação da materialidade de um contexto histórico, Carman (2005) traz uma perspectiva que focaliza o campo de

estudo dos arqueólogos além de explicitar objetivamente os objetos para análise deste trabalho:

> Muitos campos de batalhas históricas são nitidamente marcados, principalmente pela construção de monumentos ou outras estruturas. Alguns – notadamente os de períodos mais recentes – mantém os cemitérios com todos os atributos monumentais do espaço funerário. Outros são marcados como lugares históricos para serem notados por visitantes por meio da presença de obeliscos, placas e painéis explicativos. Outros são mantidos como patrimônio pleno, incluindo as instalações de um museu, caminhadas guiadas e outros elementos de apresentação do passado. Um aspecto que nos interessa aqui é o tipo de utilização e a serviço de quem estes lugares são tidos como "especiais" (Carman, 2005, p. 220).

Tais transformações feitas no ambiente são de forma consciente e denotam, no caso dos elementos materiais da Batalha do Jenipapo, ações práticas que visam desconstruir uma história contada na visão dos "vencedores". Funari retrata bem esse modo de trabalhar da arqueologia ao falar que "A arqueologia é sempre política, responde a necessidades político-ideológicas dos grupos em conflito nas sociedades contemporâneas" (Funari, 2003, p. 100).

A arqueologia possui um papel político muito importante nas abordagens conflituais para reproduzir a voz daqueles que foram silenciados e desmistificar uma história recontada diversas vezes em apenas uma perspectiva e dessa forma colocando no palco os verdadeiros protagonistas da história do Brasil.

2.1 Contexto da Batalha do Jenipapo

Para compreender o contexto factual ocorrido na segunda década de 1800 que é o cenário histórico do tema deste trabalho, é necessário destacar historicamente a conjuntura política que a sociedade estava inserida no período em questão, os aspectos sociais e econômicos característicos do período colonial e a cronologia dos acontecimentos, captando a relação dos fatos com a visão social da população na qual encontrava-se em grande efervescência política.

Adentrando no contexto dos eventos em si, é preciso compreender o processo de colonização no Nordeste e, posteriormente, como a presença de novos habitantes no país favoreceu o controle e monopólio de poder nos anos iniciais provocando descontentamento de grande parte da população contribuindo no fim para a criação de movimentos separatistas.

Por um longo tempo, a área que hoje compreende o estado do Piauí foi por longos anos considerado pelo colonizador como terra de ninguém, entretanto, era povoado por diversas populações indígenas. Sua administração ficou a cargo da Capitania de Pernambuco e em 1695 foi desmembrada passando a pertencer à capitania da Bahia. No ano de 1715 ficou sob a jurisdição de Grão-Pará e Maranhão. A partir de 1718, foi criada a capitania de São José do Piauí sendo instalada efetivamente quarenta anos depois (Oliveira, 2004).

Antes dos colonizadores adentrarem o território piauiense, o lugar era povoado por vários povos indígenas distintos que dividiam o espaço e estavam mais concentrados na região sudoeste do Piauí. A documentação encontrada sobre os indígenas trata-se de ofícios e cartas das autoridades denunciando ao Governador ou à Corte sobre os perigos, ameaças ou ações tratadas como violentas dos grupos indígenas. Houve muitos conflitos entre as populações indígenas e os colonizadores por território e por causa da resistência das populações aborígenes. A autora Lima destaca a tensão que existia entre esses dois povos quando diz: “O avanço colonial sobre os territórios indígenas ocorreu por meio de conflitos armados, guerras contra os índios, de maneira a garantir ao colonizador a posse da terra e o desenvolvimento da pecuária extensiva” (Lima, 2020, p. 10).

Um destes embates trata-se da Guerra dos Pimenteiras que foi motivada pelos interesses coloniais de desocupação do território para a instalação de currais e a exploração indígena proveniente da escassez de mão de obra (Oliveira, 2004). De acordo com o artigo de Luis Mott “Etno-história dos índios do Piauí colonial”, os Pimenteiras eram indígenas que passaram pelo processo de aldeamento e eram numerosos no sítio “As Pimenteiras”.

Em 1759, - ano contemplado pela documentação do Arquivo Público do Estado - os grupos citados que habitavam o Piauí eram: os Acoroá, Araiês, Acumês, Chicriabás, Coripó, Gueguê, Jaicó e Pimenteiras, além de algumas poucas citações sobre os Timbira, Aroá e Tapacuá (Oliveira, 2004). O material existente nos arquivos refere-se aos problemas do contato e aldeamento, mas omitem informações sobre a distribuição espacial e os traços socioculturais das populações.

Entretanto, Padre Miguel de Carvalho escreve “Descripçao do Certão do Peauhy” no ano de 1697, em que o mesmo, trazendo algumas ressalvas, aborda

importantes informações sobre as populações indígenas realizando o recenseamento dos habitantes sendo possível identificar 59 indígenas - 36 do sexo masculino e 23 do sexo feminino além de 3 colomins ou crianças - sendo o equivalente a cerca de 13, 5% da população batizada contadas pelo padre. Estes dados correspondem a 23 anos após a Conquista do Piauí, com um total de 129 fazendas de gado e 438 moradores na Capitania.

Com a progressão colonial, foi inevitável o início dos conflitos contra as populações indígenas que resultaram na dizimação de várias etnias e a formação de uma estrutura social política e econômica nos moldes mercantil e escravista (Mott, 2010).

Retratar a presença das populações indígenas é crucial pois o caminho que esses grupos e outros povos escravizados percorreram foi uma trajetória de muito suor e resistência e sua participação nas lutas separatistas foram de extrema relevância para a vitória do movimento dentro da perspectiva historiográfica piauiense.

A colonização no Piauí teve início a partir do Rio São Francisco quando chegaram as primeiras expedições implementando a economia pecuária no sertão com a propagação de doações de sesmarias e a formação das fazendas de gado. As sesmarias foram uma maneira de alienação da terra e consequentemente, sua distribuição acompanhava os fluxos e interesses do povoamento (Dantas, 2000) ou seja, havia a posse de um amplo espaço na qual seria utilizado para plantações de cana ou currais e após a multiplicação de ambos, seriam distribuídas as terras de outro local próximo da capitania para o crescimento de atividades fundamentais à subsistência da colônia.

A partir do século XVIII o Piauí passa a se constituir uma unidade político administrativa do Brasil colônia com a criação da Capitania São José do Piauí e a instalação do primeiro governo em 1759. Sua inserção no contexto colonial ocorreu na segunda metade do século XVII e a região foi definida como zona de produção pecuarista, sendo um fator determinante no processo de formação da sociedade piauiense (Brandão, 1995).

Anos depois de todo o período de desenvolvimento no território piauiense e a criação de vilas com o evidente crescimento interno e a construção de prédios públicos de ambas, o Piauí vivencia o Governo Militar do Major João José da Cunha Fidié durante o processo de Independência do Brasil.

De acordo com Malerba (1999) os avanços das tropas napoleônicas em Portugal, obrigou a D. João VI a mudar-se com toda a Corte e Família Real para o Brasil em 1808. Para o autor este acontecimento marcou o início da emancipação política da colônia portuguesa pois com o processo de aberturas dos portos as ditas “nações amigas” o Brasil deixa de estar isolado economicamente encerrando o pacto colonial.

No ano de 1821 D. João VI retornou para Portugal, deixando o Brasil sob os cuidados de seu filho, o Príncipe D. Pedro I. O retorno era justificado como uma tentativa de restabelecimento das riquezas da Corte e Família Real após as invasões napoleônicas. Porém, o povo brasileiro estava em uma posição na qual tinha autonomia para tomar suas próprias decisões e não tinham o desejo de retornar à condição de colônia. Diante desse impasse, D. João VI enviou seu afilhado e um de seus melhores soldados: o Major João José da Cunha Fidié (Chaves, 2006).

O Major Fidié chega em solo brasileiro no mês de agosto de 1822 e dirigiu-se à Capital da Província do Piauí, Oeiras, onde assumiu a função de Governador das Armas. Com a Independência em 1822 pelo Príncipe D. Pedro I, ocorreu no território piauiense uma reação em objeção ao Governador de Armas que iniciou na Vila de Parnaíba se declarando publicamente favorável à separação de Brasil e Portugal.

O Major necessitou direcionar-se para o litoral com o objetivo de conter a revolta política que objetivava a emancipação piauiense, mas ao chegar à vila de Parnaíba encontrou-a completamente vazia, pois lideranças do lugar saíram para a Província do Ceará em busca de reforços para conter as tropas portuguesas. Com uma vila sem nenhuma soberania, o Major Fidié cria um quartel general naquele local provisoriamente, até acontecer algo inesperado na antiga Capital de Oeiras (Chaves, 2006).

Com sua saída de Oeiras que no momento era a atual capital da província, ela rebelou-se na sua ausência criando uma Junta de Governo Provisório com algumas lideranças ligadas a Manuel de Sousa Martins, o futuro Visconde da Parnaíba, iniciando um processo de articulação que iria resultar em um grande embate contra as tropas de Fidié (Chaves, 2006).

O Major Fidié viu-se forçado a regressar para Oeiras em 1 de março de 1823, entretanto, precisaria passar pela vila de Campo Maior, na qual seus

habitantes já haviam iniciado a mobilização para conter a travessia do Major e sua tropa e impedi-los de chegar em Oeiras (Bento, 2009). Porém, isto não o abateu e ele continuou seu trajeto para Oeiras. “Na véspera do 13 de março de 1823, as tropas de Fidié já se encontravam acampadas na Fazenda Canto do Silva, a cerca de 10 quilômetros da travessia do Rio Jenipapo” (Carvalho, 2014, p. 56).

De acordo com Chaves (2006, p. 88) “as poucas espingardas tinham sido distribuídas aos cearenses. Os piauienses, estes conduziam velhas espadas, facões, chuços, machados, foices. De nada valia, contudo, para eles, a falta de armas, tão sugestionada ia com a certeza do triunfo”.

A estratégia utilizada seria cercar a entrada de Fidié por todos os lados, assim, nos caminhos percorridos por ele haveria uma bifurcação que daria este acesso por dois lados e ali estariam também a tropa separatista aguardando sua chegada. Entretanto, o Major Fidié dividiu suas tropas indo com sua artilharia pela esquerda e a cavalaria pela direita, cercando todos os lados. Feito o cerco, quando os colonos viram a cavalaria, começaram a atacar e os que guardavam o lado que Fidié iria entrar, saíram de seus lugares pois achavam que toda a tropa estaria do lado oposto a eles, deixando a passagem livre (Chaves, 2006).

Com o início do embate, próximo ao rio Jenipapo, não teve como notar a desigualdade no campo de batalha, pois as tropas de Fidié estavam em vantagem, todavia houve perdas para ambos os lados. “Eles não lutavam mais arrastavam- se para a morte” (Chaves, 2006 p. 87).

A batalha durou cinco horas decisivas que ceifaram a vida de patriotas que almejavam a emancipação política piauiense. Após a guerra, o Major Fidié direcionou-se para a Fazenda Tombador (Neves, 2006). No acampamento reorganizou sua tropa, recuperou suas forças e marchou para o Estanhado (atual cidade de União), desviando-se das tropas que vinham de Oeiras.

Discursos historiográficos e políticos informam que na Batalha do Jenipapo ter-se-ia vertido sangue de camponeses, escravos, vaqueiros, sertanejos e sertanejas aliados/as a militares da tropa nacional para enfrentar as tropas de Portugal que estavam sob as ordens do Comandante das Armas da Província do Piauí, João José da Cunha Fidié (Moraes; Cavalcante, 2011).

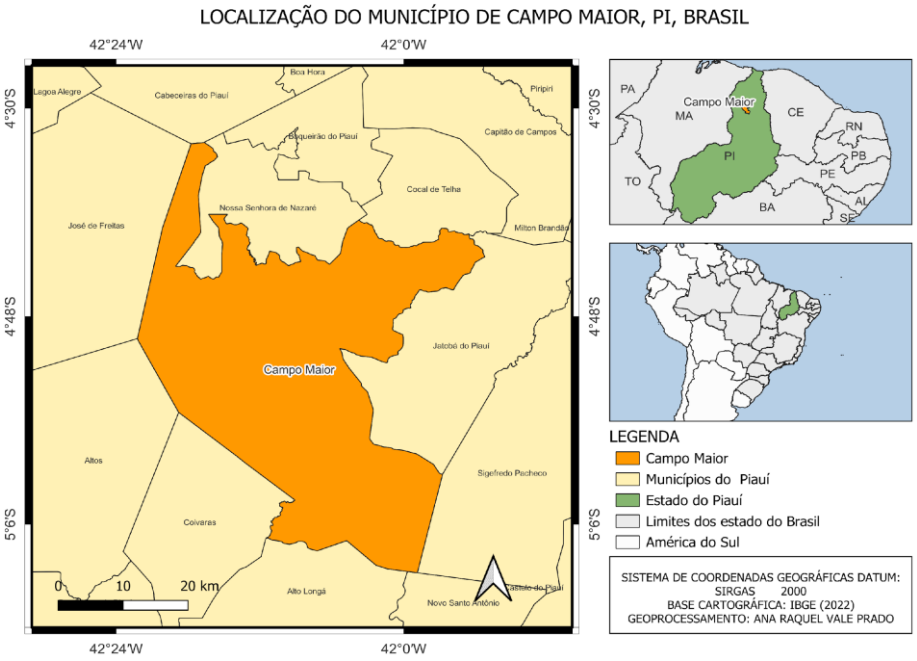
Na historiografia sobre a “Independência do Brasil” no Piauí verifica-se reposicionamento de heróis, de mártires, de vencedores e de vencidos.

Radicaliza-se em torno da atuação de Fidié e do presidente da Junta Governativa de Oeiras, Manoel de Sousa Martins, que ao tomar as rédeas do processo histórico, favoreceu a luta pela conquista da unidade nacional. Esses personagens são cada vez mais realçados, enquanto outros passam a figurar como secundários. A historiografia moderna traz uma compreensão de toda a batalha partindo de análises regionais, mas ganhando um sentido mais amplo de acordo com o desenrolar dos fatos, deixando de lado o embate principal de personagens (Queiroz, 2010).

2.2 Campo Maior: aspectos ambientais

Com o intuito de compreender o ambiente que corresponde ao local do objeto de estudo em questão, em vista que grande parte desses aspectos estão disponíveis dentro e nos arredores do Cemitério Herois do Batalhão, houve a necessidade de buscar a caracterização de aspectos ambientais e o povoamento do município de Campo Maior, entendendo que estes são determinantes na formação da cidade, portanto, a seguir serão destacados alguns dos aspectos ambientais como o relevo, clima, a vegetação, o solo, a rede hidrográfica e posteriormente serão abordados o contexto dos primórdios do povoamento de Campo Maior até os dias de hoje. O município de Campo Maior possui uma área territorial de 1.680,861km², localiza-se a 84 km de distância de Teresina e possui uma população de 47.793 habitantes. A cidade encontra-se na mesorregião Centro Norte porção Meio Norte piauiense, microrregião de Campo Maior (Figura 1), na composição do Território dos Carnaubais, nas coordenadas 04º49’40” latitude sul e 42º10’07” longitude oeste (IBGE, 2022).

Figura 1: Mapa de localização da cidade de Campo Maior



Fonte: Mapa do autor, 2024.

2.2.1 Geologia

O município de Campo Maior é caracterizado por uma combinação de rochas sedimentares e metamórficas que fazem parte do embasamento cristalino e das bacias sedimentares da zona. A sua base cristalina é composta por antigas rochas metamórficas e antigas ígneas. A área geológica da cidade faz parte da Bacia do Parnaíba - ou Província Sedimentar do Meio-Norte - que corresponde à Província com exposição a Norte-Noroeste de unidades pré-silúricas e definida por Almeida (1972), abrangendo uma área de cerca de 600.000km². Porém, com enfoque em Campo Maior, sua área geológica é de aproximadamente 1.600 km² (IBGE, 1996).

Dentre as principais litologias aflorantes estão os arenitos, siltitos e folhelhos de coloração cinza-escuros das formações Longá e Poti. Parcelas da geologia correspondente é caracterizada por feições de caráter erosivo que ocorre na forma de superfícies estruturais pediplanadas e vales pedimentados que com mergulho suave das camadas para norte-noroeste (IBGE, 1996).

A cidade também possui abrangência de sedimentos das bacias sedimentares da região, como depósitos de arenito, siltito e argilito. Uma unidade geológica significativa na região é a Formação Poti, composta predominantemente por arenitos e conhecida pelos famosos fósseis marinhos.

Segundo o Projeto RADAMBRASIL (1981), Campo Maior possui grande diversidade geológica, incluindo depósitos de calcário por exemplo. Ele é um recurso muito utilizado na indústria local e segundo o autor Santos et al. (2006), os depósitos de calcário presentes na região de Campo Maior têm grande potencial para a indústria de cimento, devido sua alta qualidade e por contribuir significativamente para a economia local.

É interessante para esse trabalho destacar os aspectos geológicos da região de Campo Maior, pois esse tópico faz-se presente abundantemente no local de estudo. O Cemitério Herois do Batalhão possui diversos túmulos com aspectos distintos que serão aprofundados nos próximos capítulos. Entretanto, para abordar antecipadamente uma característica referente ao tópico em questão, grande parte dos túmulos presentes no cemitério, são formados por um amontoado de pedras sobrepostas (Figura 2), algumas adentrando o solo e com um crucifixo fincado entre as pedras. Nos próximos capítulos serão aprofundadas o aspecto e descrição dos túmulos e consequentemente das rochas utilizadas.

Figura 2: Túmulo do Cemitério Batalhão composto por rochas.

Fonte: Acervo próprio, 2023

2.2.1 Relevo

Campo Maior apresenta um relevo diversificado e por estar localizado na região conhecida como Chapada do Meio-Norte possui um relevo predominantemente plano a suavemente ondulado. Nas áreas planas há extensas chapadas que são formadas por processos de erosão, em que

camadas de rochas mais resistentes permanecem enquanto as rochas menos resistentes são erodidas. Essas superfícies planas são limitadas por escarpas abruptas, que indicam a intensidade dos processos erosivos que ocorreram ao longo do tempo. A Chapada do Meio-Norte é uma das principais feições geomorfológicas do Piauí, resultante da ação prolongada dos processos erosivos ao longo de milhões de anos (RADAMBRASIL, 1981).

No município, há também planícies fluviais que são áreas baixas e relativamente planas, formadas pela deposição de sedimentos transportados pelos rios. Os solos dessas áreas são bastante férteis por sofrer alagamento nos períodos de chuvas.

Existem também vales em grande parte estreitos e de grande profundidade, que são esculpidos e modelados pelo movimento dos rios que atravessam a região. De acordo com Lima (2011), os vales e as planícies aluviais de Campo Maior são imprescindíveis para a dinâmica hidrológica e para a produtividade agrícola da região.

A região de Campo Maior também é marcada pela presença de colinas solitárias e morros, que são feições residuais resultantes da erosão. Estas colinas e morros são frequentemente compostos por rochas mais resistentes que as outras rochas ao redor, o que explica sua resistência à erosão. Ambos são considerados testemunhos e indicam os processos erosivos que ocorreram ao longo do tempo. Eles são remanescentes da fase de erosões mais abruptas que ocorreram na região, mas que preservam as formações rochosas mais duras como vestígios da paisagem original Almeida (2010).

Há também a presença de processos cársticos que é caracterizado por feições como cavernas, dolinas e sumidouros, formadas pela dissolução do calcário pela ação da água, especialmente em áreas onde o calcário é predominante. Estas feições são importantes não apenas do ponto de vista geomorfológico, mas também ecológico, criando habitats únicos e influenciando a hidrologia local além de serem exemplos da interação entre processos geológicos e hidrológicos, resultando em uma paisagem diversificada e ecologicamente significativa" (Santos, 2012).

2.2.3 Vegetação

A vegetação de Campo Maior é caracterizada por sofrer adaptações ao clima predominante com altas temperaturas e chuvas irregulares. Um dos biomas presentes na região é a Caatinga, que é conhecida por sua vegetação xerófila, com espécies que desenvolveram adaptações para sobreviver às condições áridas no Nordeste. Dentre as espécies mais comuns na região de Campo Maior estão o juazeiro *(Ziziphus joazeiro)*, a aroeira *(Myracrodruon urundeuva)*, o angico *(Anadenanthera colubrina)* e o mandacaru *(Cereus jamacaru).* Estas plantas têm características adaptadas ao clima árido por possuir folhas pequenas ou modificadas em espinhos, caules suculentos e sistemas radiculares profundos, que lhes permitem armazenar a água. Este é um aspecto específico da vegetação da Caatinga por possuir uma grande resiliência ao estresse hídrico, exibindo uma diversidade de formas de adaptação ao clima semiárido (IBGE, 2012).

Outro componente importante da vegetação de Campo Maior são as áreas de cerrado, encontradas especialmente em solos mais profundos e bem drenados. A vegetação do bioma cerrado é uma vegetação que possui uma rica biodiversidade e desempenha um papel essencial na manutenção dos ciclos hidrológicos e na conservação do solo, além de complementar a flora da Caatinga (Embrapa, 2008).

A vegetação ripária, presente ao longo dos cursos d'água, é outro tipo de vegetação importante da flora de Campo Maior. Há também as matas ciliares, que desempenham um papel crucial na proteção dos recursos hídricos, por prevenir a erosão das margens dos rios e filtrar sedimentos e poluentes. Estas áreas são geralmente mais úmidas e abrigam uma flora distinta da vegetação xerófila predominante.

Em termos de conservação, a vegetação de Campo Maior enfrenta intempéries em decorrência da degradação ambiental e mudanças climáticas. Tem ocorrido grande perda de habitats devido à expansão agrícola e a exploração madeireira provocando a diminuição da biodiversidade. Segundo a WWF-Brasil (2016), é necessário a adoção de procedimentos para a proteção e a recuperação da Caatinga com o intuito da manutenção dos serviços ecossistêmicos e para a resiliência das comunidades frente às mudanças climáticas.

É interessante destacar esses aspectos da vegetação pois no contexto histórico abordado neste trabalho, o conflito separatista possui um nome que simboliza a planta jenipapo (Figura 3) e carrega esse nome devido ao local de conflito ser próximo ao rio Jenipapo Seu nome científico é *Genipa americana L.* e é uma árvore com 5 a 15m de altura, o tronco geralmente reto e sua casca é lisa de cor verde-acinzentada com folhas simples, oposta com 10 a 35 cm de comprimento, e flores comumente brancas ou amarelas. Seus frutos possuem 10 a 12cm de comprimento e 7 a 9cm de largura, com peso entre 200 e 400g, envolvendo diversas sementes achatadas.

Figura 3: Fruto do Jenipapeiro (*Genipa americana L.)* que derivou o nome rio Jenipapo e consequentemente a Batalha do Jenipapo.

Fonte: Shutterstock, 2021

Outro aspecto relevante a destacar é a respeito da vegetação presente dentro do Cemitério na qual abrange gramíneas em todo o local e que aumentam em proporção nos meses chuvosos e encobrem grande parte dos elementos fixos. São aparadas apenas no mês de março quando o lugar recebe um maior número de visitações em decorrência ao aniversário da data do conflito.

Próximo aos túmulos encontram-se também diversas plantas com flores que devido sua proximidade com as sepulturas, podem ter sido plantadas propositalmente por visitantes e moradores locais.

2.2.4 Clima

O clima da região de Campo Maior é classificado como semiárido, todo o ano com temperaturas elevadas e uma estação chuvosa curta e irregular. A média das temperaturas durante o ano variam entre 26°C e 28°C, e as máximas

frequentemente ultrapassam os 35°C durante os meses mais quentes. De acordo com dados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Campo Maior apresenta uma grande amplitude térmica diária, com noites frescas em contraste com os dias quentes (INMET, 2020).

As chuvas ocorrem em poucos meses do ano, geralmente de janeiro a abril, com uma média anual que varia entre 600 e 800 mm. No entanto, a distribuição das chuvas é bastante irregular, tanto espacial quanto temporalmente, o que resulta em anos de seca intercalados com anos de chuvas mais abundantes, uma variabilidade característica do semiárido piauiense que influencia na disponibilidade de água e consequentemente na produtividade agrícola (Araújo et al., 2014)

Durante a estação seca, que pode durar até oito meses, a evapotranspiração é elevada devido às altas temperaturas e à baixa umidade relativa do ar. Essa condição aumenta a aridez do solo e limita a disponibilidade de água para a agricultura e o consumo humano. Conforme os estudos de Oliveira e Santos (2011), a evapotranspiração no semiárido do Piauí agrava os problemas de disponibilidade hídrica, sendo crucial a implementação de técnicas de manejo e conservação de água.

2.2.5 Solo

Campo Maior possui uma maior predominância de solos do tipo Latossolo, que são caracterizados por sua profundidade, boa drenagem e alta acidez. Os Latossolos da região são utilizados principalmente para o cultivo de culturas anuais e perenes, embora sua acidez exija a aplicação de corretivos agrícolas para melhora
da fertilidade (Oliveira et al., 2011). Estes são resultados de longos processos de intemperismo químico em condições climáticas tropicais e são geralmente bem desenvolvidos

Uma parcela significativa dos solos de Campo Maior é composta por Argissolos, que se desenvolvem em locais de relevo com mais ondulações e são caracterizados por uma diferença de textura entre os horizontes. Os Argissolos são solos muito utilizados para pastagens e cultivos agrícolas, mas costumam enfrentar problemas de erosão além de não possuir uma boa capacidade de

retenção dos nutrientes essenciais para mantê-lo fértil por isso, esse tipo de solo requer práticas de manejo adequadas para evitar a degradação e melhorar a produtividade agrícola (Silva et al., 2013).

Os Neossolos Litólicos são outra tipologia de solo que há em Campo Maior e se apresentam principalmente nas áreas de relevo mais acidentado e com rochas expostas. São resultantes da decomposição do material rochoso subjacente e são rasos e pedregosos. Em decorrência da sua pouca profundidade e baixa capacidade de retenção de água, os Neossolos Litólicos são indicativos de terrenos com processos erosivos ativos e limitam o uso agrícola devido à sua pouca profundidade e baixa fertilidade (Almeida, 2012) sendo mais utilizados para pastagens extensivas e atividades extrativistas (TABELA 1).

TABELA 1: Uso dos solos em Campo Maior – PI

Tipo de uso	**Área ocupada km^2**
Formação Savânica	97.117
Pastagem	26.600
Mosaico de Agricultura e Pastagem	20.907
Formação Florestal	11.377
Formação Campestre	7.614
Área Urbanizada	1.348
Campo Alagado e Área Pantanosa	1.287
Rio, Lago e Oceano	1.200
Área não vegetada	626
Outras Lavouras Temporárias	5
Soja	
Cana	

Fonte: MapBiomas, 2022.

Ademais, os locais próximos à hidrografia de Campo Maior são frequentemente cobertos por Gleissolos, ou seja, solos hidromórficos que são desenvolvidos em condições de saturação por água. Estes solos são comumente encontrados em planícies de inundação e apresentam alta fertilidade devido à deposição de sedimentos ricos em nutrientes.

Há também em Campo Maior os Cambissolos que são encontrados principalmente nas áreas de transição entre relevos distintos. Estes solos são profundos e apresentam um desenvolvimento inicial dos horizontes

pedogenéticos. Eles são versáteis e podem ser utilizados para uma variedade de cultivos agrícolas, embora a fertilidade natural varie de acordo com o material de origem.

2.2.6 Rede Hidrográfica

Compreender os aspectos da rede hidrográfica de Campo Maior é uma etapa de grande relevância para este trabalho tendo em vista que o confronto da Batalha do Jenipapo leva o nome de um rio da região: o Rio Jenipapo. Por isso, serão evidenciadas as seguintes características importantes sobre os cursos d'água de Campo Maior.

A cidade possui diversos rios, corpos d'água e riachos que a atravessam e contribuem para a manutenção das atividades econômicas e abastecimento de água. O valor econômico que a hidrografia representa remonta desde o período colonial e esse aspecto pode ser verificado inclusive no Piauí.

O Rio Parnaíba é essencial na história da formação do Piauí pois no início da colonização do estado a pecuária era a base para a alimentação e sua comercialização era realizada com outras Capitanias brasileiras, que se faziam por caminhos de terra e pelo rio Parnaíba (Oliveira, 2004). O Rio Parnaíba, tem proximidade com a cidade graças ao seu afluente, o Rio Longá, que é fundamental para o abastecimento hídrico e a irrigação das áreas agrícolas além de ser um importante recurso para a pesca artesanal, contribuindo para a subsistência de muitas famílias na região (Oliveira, 2013).

O Rio Longá possui uma bacia hidrográfica composta por diversos afluentes e riachos que juntos, desempenham um papel vital na recarga hídrica de aquíferos e a estabilidade do regime fluvial na região de Campo Maior, como uma forma de manutenção dos fluxos de água em períodos de seca (Souza e Lima 2015).

O Rio Longá possui também um afluente: o Rio Jenipapo. Este importante rio desempenha um papel crucial no abastecimento hídrico da cidade e das áreas rurais contribuindo para a irrigação das plantações, principalmente nos períodos de poucas chuvas (Oliveira et al., 2011). Na cidade, há também a Lagoa do Jenipapo, que é formada pelo represamento do rio e utilizada para

reservatório de água e local de lazer e turismo, além de ser habitat de diversas espécies de peixes e aves (Lima, 2012).

Figura 4: Rio Jenipapo a esquerda com trecho da ponte da BR - 343

Fonte: Wikipedia, 2019

A irregularidade das chuvas na região semiárida do Piauí afeta diretamente a disponibilidade de água, exigindo a implementação de estratégias eficazes de gestão e conservação dos recursos hídricos (Araújo et al., 2014).

Uma das formas encontradas para driblar os períodos de escassez de chuvas é a construção de barragens e açudes para armazenar água garantindo a disponibilidade hídrica na estação seca. Estes reservatórios desempenham um papel crucial no suporte à agricultura irrigada e no abastecimento de água para as comunidades rurais (Lima, 2010).

3. ESPAÇOS E CULTURA MATERIAL DA BATALHA DO JENIPAPO A PARTIR DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

O estudo dos remanescentes de acontecimentos bélicos envolve tópicos que resgatam a memória de um período que para muitos, principalmente envolvidos, pode ser algo doloroso, tendo em vista as motivações para o confronto e as vidas perdidas no embate.

Partindo dessa perspectiva, os métodos da arqueologia histórica, que atravessa diferentes escolas teóricas, serão explorados nesse trabalho baseando-se nos vestígios do Cemitério do Batalhão bem como sua relação com a paisagem e a comunidade.

A arqueologia histórica tem o papel vital de rememorar detalhadamente as motivações, o caminho percorrido, a batalha em si e o cenário final que descrevem uma guerrilha na história, além de ser responsável por dar novos significados a objetos singulares, mostrar o ponto de vista e participação daqueles que estão escondidos nos relatos contados e ressignificar espaços:

> Entre as questões contemporâneas mais recorrentes na disciplina, devem mencionar-se os estudos sobre relações de poder, expressas na dominação e resistência, na desigualdade, em colonizadores e colonizados, dentre outros temas abordados na última década. O estudo da cultura material histórica permite, assim, conhecer as tensões sociais e a variedade de situações sociais vivenciadas (Funari, 2007 p. 37).

Aliada a outras disciplinas das ciências sociais, a arqueologia é um campo interdisciplinar que com ênfase na geografia, resulta em uma subdisciplina que busca o estudo desses espaços, que é a Arqueologia Espacial. A disciplina busca contextualizar questões paisagísticas utilizando informações geográficas, topográficas, cartográficas, bibliográficas e iconográficas, a partir dos conceitos propostos pela Arqueologia Histórica (Barcelos, 2000, p. 35-9).

Esses espaços são construídos pelas sociedades iniciais que o povoam, mas sempre estão em constante transformação de acordo com o passar das gerações que os ocupam. Além disso, suas mudanças são diretamente atreladas às pessoas que o modificam, dando novos usos e funções e os fatos históricos que ocorrem nos ambientes, ou seja, as funções sociais dos espaços estão em constante mudança.

Os aspectos espaciais podem ser perdidos em decorrência das suas transformações, mas no caso do objeto de estudo em questão, os ambientes históricos em Campo Maior possuem uma identidade cultural que seu simbolismo permeia o imaginário dos campo-maiorenses e em alguns casos, são fortalecidos com novas formas físicas de representação (Hattori, 2015).

Os ambientes de confronto, travessia ou refúgio relacionados à Batalha do Jenipapo ou ao período de colonização, são exemplos concretos de locais com identidade cultural e histórica que prevalece até os dias atuais devido sua valorização pela população. Alguns desses lugares inclusive estão referenciados nas duas categorias, pois o mesmo espaço é representativo dos dois momentos históricos, como é o caso da Igreja Matriz de Santo Antônio, a Praça Bona Primo e a Fazenda Tombador (Carvalho, 2014).

Figura 5: Igreja Matriz de Santo Antônio com parte da Praça Bona Primo a sua frente.

Fonte: Acervo próprio, 2023.

O local de maior área e consequentemente maior visibilidade, corresponde ao objeto de estudo deste trabalho, o Cemitério do Batalhão. O Cemitério ao longo dos anos tem recebido visitas quase diariamente motivada pelo seu valor arqueológico e devoção religiosa. Na década de 1970, grande parte dos estudantes e vestibulando da cidade eram os principais visitantes do cemitério devido a existência de um núcleo estudantil de grande expressão, a

Associação dos Universitários de Campo Maior (AUCAM), e até de devotos, com grande expressão da juventude católica em todo o Brasil (Carvalho, 2006, p. 61).

O ajuntamento em torno de um objetivo religioso e acadêmico, provocou uma sintonia com outras parcelas da população como professores, autoridades civis, eclesiásticas, intelectuais e militares do Estado (Lima, 1995, p. 78) e passaram a realizar comemorações no dia 13 de março.

O cemitério possui caráter simbólico na qual não foram comprovados enterramentos. O local de confronto é apontado próximo onde atualmente está o campo-santo e o rio Jenipapo, porém, não há descrição na historiografia acerca da localização exata onde os mortos foram sepultados. Devido ao grande número de falecidos a solução foi o sepultamento em valas comuns: “Fidié reuniu os cadáveres em cinco sepulturas e não os enumerou na parte da ação” (Neves, 2006, p. 148).

Na história do combate, é mencionado apenas sobre o enterramento dos soldados do Major Fidié. Atualmente, há apenas o relato das histórias contadas sobre o possível local de enterramento, mas sem indícios concretos.

No cemitério, há dois espaços diferentes. No primeiro espaço e também mais antigo, provavelmente coexistentes com a época da batalha, há túmulos com alguns jazigos simples, em cimento, pouco conservados. O outro, do lado direito da entrada principal que dá acesso ao obelisco, existem algumas cruzes encravadas sobre montículos de pedras, em homenagem àqueles que morreram na batalha (Carvalho, 2014).

Sobre a evolução do acesso ao cemitério e a sua estrutura no decorrer do tempo, houve diversas modificações em governos distintos. Em 1923, no ano do seu centenário, o Prefeito de Campo Maior, Luis Rodrigues de Miranda (Silva, 2012), juntamente com o Conselho Municipal, designaram a construção de um pequeno obelisco, no interior do cemitério na qual sua frente indicava para o local de entrada por onde tinham chegado as tropas portuguesas e onde teria ocorrido a batalha (Figura 6). Na década de 1970, estudiosos campo-maiorenses, fizeram uma reivindicação do governo para a criação de uma política de valorização do local da batalha (Lima, 1995) que foram atendidas pelo governador Alberto Silva (1971-1975), quando o Brasil se caracterizava politicamente como um momento de maior fechamento político em decorrência do período militar, todavia, o que ocorreu foi contraposto a ideia de nacionalismo e valorização de identidades.

Com as comemorações do sesquicentenário da Independência, em 1972, os militares investem na construção ideológica de uma “memória histórica sobre a Independência” (Mendes, 2010, p. 68), procurando sua autopromoção através do Monumento em frente ao Cemitério do Batalhão, encobrindo-o. O Monumento então passa a ser mais visível do que o próprio Cemitério do Batalhão, que já era tombado como Patrimônio Cultural. O acesso ao local é feito pela BR 343, que dá entrada ao litoral piauiense, sendo que nas proximidades já se visualiza um pórtico sobre a referida estrada no formato de duas armas cruzadas em tom avermelhado, simbolizando o sangue derramado.

Figura 6: Cemitério do Batalhão com obelisco à direita, depois da restauração de 2022

Fonte: Acervo próprio, 2021.

Com as comemorações do sesquicentenário da Independência, em 1972, os militares investem na construção ideológica de uma “memória histórica sobre a Independência” (Mendes, 2010, p. 68), procurando sua autopromoção com a construção do Monumento que há na frente do Cemitério do Batalhão, que o encobre totalmente. O Monumento então passa a ser mais visível do que o próprio Cemitério do Batalhão, que já era tombado como Patrimônio Cultural.

Figura 7: Entrada do Cemitério e Monumento aos Herois do Jenipapo.

Fonte: Acervo próprio, 2022.

O acesso ao local é feito pela BR 343, que dá entrada ao litoral piauiense, sendo que nas proximidades já se visualiza um pórtico que foi construído em 2006 pelo governador Wellington Dias, sobre a referida estrada no formato de duas armas cruzadas em tom avermelhado, simbolizando o sangue derramado no conflito, de acordo com a figura abaixo.

Figura 8 - Pórtico situado na BR 343 próximo ao Monumento do Batalhão

Fonte: Pedro Cavalcante, 2011.

Há também um outro espaço menos conhecido que serviu de abrigo para o Major Fidié que se trata da Fazenda Angelim, o Capão de Fidié. A descoberta desse local só foi possível graças à investigação bibliográfica que indicava o lugar correspondente ao abrigo das tropas do Major. O local tem mata fechada nas mediações da Fazenda Angelim e a tropa de Fidié montou acampamento nas proximidades da Vila Campo Maior (Chaves, 2007, p. 88). Na madrugada de 13 de março, ao partirem dali, o major Fidié marcou aquele lugar com uma placa

em um tronco de madeira como um possível local de encontro das tropas. A Fazenda Angelim foi novamente ocupada após a batalha pelas tropas do Capitão cearense João da Costa Alecrim. O Capão do Fidié está situado hoje na Fazenda Canto do Silva (Carvalho, 2014).

Figura 9 – Capão do Fidié – Proximidades do acampamento das tropas antes da batalha, na Fazenda Canto do Silva.

Fonte: Maria do Amparo, 2012.

Figura 10 - Ruínas da Fazenda Angelim - acampamento do Fidié antes da Batalha do Jenipapo

Fonte: Maria do Amparo, 2012.

Um dos pontos de partida para a o uso da arqueologia histórica no estudo em questão, além da análise dos espaços históricos, trata-se da análise da cultura material proveniente da Batalha do Jenipapo, sendo ela uma prova viva de um confronto decisivo no contexto da Independência do Brasil. Com base nisso, pode-se explanar a respeito dos usos e situações que a materialidade possui valor inestimável para a compreensão de um processo transformador:

> Ao conceituarmos a Arqueologia como a disciplina que investiga a emergência, a manutenção e a transformação dos sistemas socioculturais através dos tempos, por meio da cultura material por eles

> produzida, fica implícito que seu interesse primordial é explanar fenômenos de mudança cultural, operando, fundamentalmente, a partir de três dimensões inter relacionadas que estruturam a vida social: forma, espaço e tempo (Lima, 2011, p. 12).

A autora Tânia Andrade Lima (2011) destaca bem a importância da arqueologia e suas ramificações no estudo de artefatos e a sua relação com as mudanças ocorridas em sociedade em contraste com a modificação cultural que o mesmo trás para as pessoas. Essa conotação é evidente no estudo da cultura material proveniente do confronto separatista em análise por causa da ressignificação que os objetos obtêm com o decorrer do tempo:

> A cultura material é produzida para desempenhar um papel ativo, é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimulá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante. Não há como reverter essa condição, que torna a cultura material, de fato, a dimensão concreta das relações sociais (LIMA, 2011, p. 21).

Ao passo de que um artefato tem um significado próprio e funcional, não significa que ele não esteja sujeito a sofrer modificações e seja redefinido de acordo com a época que se encontra e as novas gerações que o utilizam. Esta ótica será aprofundada no capítulo “Simbolismo e Religiosidade”, todavia, é necessário trazer essas explanações na introdução da discussão sobre a cultura material da Batalha do Jenipapo tendo em vista a abordagem e funções distintas do comum de alguns objetos que serão apresentados.

Com base na cultura material, o autor Sysmanski (2009) destaca que:

> A cultura material é considerada não como um reflexo passivo de estruturas sociais e econômicas, mas como um elemento ativo, utilizado para produzir e reproduzir relações sociais. Assim, seus significados são culturalmente específicos, e os mesmos artefatos podem ter diferentes significados em diferentes contextos. Por essas razões não é possível fazer generalizações de uma cultura para a outra. Seguindo uma tradição hermenêutica e idealista, o registro arqueológico é considerado como um `'texto'' a ser lido e interpretado, antes do que um "laboratório" do comportamento humano (Sysmanski, 2009, p. 8).

A partir das percepções de Sysmanski (2009), a cultura material tem o papel mediador no convívio entre pessoas além de servir como um elemento

vivo ao adquirir novos papéis seja principal ou coadjuvante nas relações humanas. Essa perspectiva traz à tona a questão da comparação de contextos culturais na qual a partir de uma visão geral e consensual, muitos consideram que duas culturas possam ser todas iguais a partir das semelhanças encontradas no registro arqueológico, entretanto, tal perspectiva deve ser analisada de maneira delicada nos estudos da arqueologia pois fatores ambientais, sociais, econômicos e políticos interferem na forma, utilização e significado de um artefato.

Os objetos “consumidos” por uma população carregam significados e memórias e as condições materiais contribuem para a reestruturação das relações sociais. Nesse processo de estruturação, a cultura material tem um papel ativo e variável. Se partirmos do princípio de que os objetos produzidos e utilizados pelos homens são ativos, dinâmicos, portadores e geradores de significados, encontramos através da sua análise, uma linha alternativa para estudar as pessoas e seu mundo social (Zarankin, 2002).

“A partir do conceito de cultura se originou o conceito de cultura material, assim entendido por se relacionar a um produto resultante da habilidade e da capacidade do ser humano de manusear matérias primas e transformá-la em artefatos humanos de uso doméstico, individual, coletivo e industrial, assim como edificar monumentos de variada modalidade e utilidade como habitação, pontes, aquedutos transformando o seu habitat natural.” (Kern e Carvalho, 2017).

A definição de cultura arqueológica, foi pela primeira vez definida em 1911 pelo autor Gustaf Kossinna (1858-1931) em sua obra “Die Herfkunft der Germanen” (A origem dos germanos) todavia, as primeiras explanações sobre o conceito de cultura estavam enraizadas em pressupostos racistas da época fantasiados com um disfarce de patriotismo exacerbado. Quatorze anos depois, Gordon Childe (1892-1957) publica “The Dawn of European” (O amanhecer da civilização europeia) adotando o mesmo conceito de cultura arqueológica de Kossina (1911) porém, excluindo os seus pressupostos raciais (Trigger, 2004).

Como assinala Lima (2011), essa forte identificação está enraizada no fato de que a cultura material constitui a fonte primária da Arqueologia para o acesso ao passado da humanidade - juntamente às documentações escritas - quando não a única, como ocorre na arqueologia pré-histórica. Por essa razão, a disciplina modificou com o tempo seus métodos de estudo partindo para uma

nova reformulação investigativa em maior profundidade com os aspectos concretos, tangíveis, da produção humana. Lima (2011) especifica essas mudanças como uma fragmentação do pensamento arqueológico que é direcionado para diversas tendências e originam abordagens distintas no estudo da materialidade de sistemas socioculturais.

Além do fator objeto, há também os métodos utilizados pelo arqueólogo na investigação material, já que seu arcabouço teórico está interligado a interpretação do material, ou seja, há a relação de dados coletados e pressupostos teóricos adotados que resultam na interpretação arqueológica (Trigger, 2004).

O início da investigação sobre a cultura material da Batalha do Jenipapo parte de uma perspectiva do estudo da História Oral como uma maneira de analisar a forma como o acontecimento ainda vivia no imaginário da população, principalmente daqueles com longos anos de vida (Carvalho, 2014).

Aqui será aprofundado os equipamentos bélicos remanescentes da Batalha do Jenipapo que eram abrigados no Museu do Jenipapo, baseado nas explanações abordadas na tese de doutorado de Maria do Amparo (2014) e destacar as problemáticas que há a respeito da preservação, proteção e identificação destes materiais bélicos. Um dos primeiros procedimentos para a identificação do material bélico foi o levantamento bibliográfico baseado em registros do Arquivo Público do Piauí, que possibilitou encontrar uma lista manuscrita, com a solicitação de instrumentos bélicos para compor a Companhia de Infantaria da Província do Piauí. A lista estava endereçada ao Brigadeiro, encarregado do Governo das Armas da Província, Manuel de Sousa Martins. Alguns dos itens solicitados na lista, são: espingardas, baionetas, martelinhos, pederneiras de chumbo, pedras de fuzil, bandoleiras, sabres com bainha, mochilas de roupas, caixotes com mangas, cantis com correias, machados etc. Na lista havia poucos armamentos, dos quais se poderia destacar como as alabardas, as espingardas, os sabres, as espadas e as machadinhas. Para Cardoso (2011) compreende-se como arma “todo objeto que possui característica de aumentar a capacidade de ataque e defesa” (Cardoso, 2011, p. 21).

A espingarda de pederneira com baioneta é a única arma de fogo que há na lista. Ela é uma arma de fogo portátil de carregamento posterior, de cano

longo e sem raiamento (alma lisa), em uma larga utilização, na caça, nos desportos de tiro, defesa e combate (Cardoso, 2011).

Sobre o material bélico que havia disponível no museu e hoje se encontra guardado, desde a primeira exposição do museu no ano de sua fundação, não houve nenhuma cadeia operatória de métodos para a limpeza, reconstrução e estudo desses materiais, e desde então, nenhum tipo de manutenção.

A respeito de suas origens, há muitas divergências quanto ao período de seus usos, na qual uns afirmam que foram utilizados na Batalha do Jenipapo, já outros dizem que foram utilizadas na Primeira e Segunda Grandes Guerra, sendo a identificação da origem desses objetos uma grande incógnita.

Após a exposição do material bélico e consequentemente o conhecimento da população e visitantes a respeito da existência desses materiais, passaram a ocorrer, infelizmente, muitos extravios das espingardas, as indumentárias e de projéteis de canhões, principalmente nas ocasiões de mudanças de ambiente da exposição (Carvalho, 2014).

Isso é o reflexo da gravidade da situação quanto a falta de preparo e preocupação do poder público para a questão da salvaguarda do Patrimônio Público.

As armas que atualmente deveriam abrigar o Museu do Jenipapo, contam com doze espingardas, quatro peças de canhões, um projétil, um punhal e algumas poucas munições.

Atualmente, com a aplicação de métodos investigativos, interdisciplinaridade e conhecimentos diversos, foi possível a identificação dos materiais bélicos graças ao 2º BEC “Heróis do Jenipapo”, em Teresina. Para a identificação das espingardas, foram utilizados o critério de identificação numérica, tendo em vista que pelo estado de deterioração, sendo possível identificar as inscrições, números e símbolos (Carvalho, 2014).

Já os canhões, correspondem a quatro unidades de tamanhos diferentes, três de ferro e um de bronze. Dois deles estão encravados do lado de fora do Monumento, sem nenhuma inscrição, e os outros dois no interior do Museu com inscrições.

O segundo passo tomado após a tentativa de identificação, foi a investigação dos Sargentos Valburg e Emerson a partir de seus conhecimentos,

realizando levantamentos e comparações de dados sobre as particularidades de cada arma (Carvalho, 2014).

> Como resultado, as armas estudadas pelos Sargentos Valburg e Emerson estão em “péssimo estado de conservação, apresentando avançado estado de oxidação e os canos encontram-se entupidos com argila/barro, apresentando, em algumas delas, parte de alguns mecanismos quebrados (...) Os mecanismos encontrados nas armas de número 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12 sugerem não ser compatíveis com as armas da época da Batalha do Jenipapo” (Carvalho, 2014, p. 143).

A seguir, serão apresentadas algumas das armas, canhões e munições que faziam parte do Museu do Batalhão do Jenipapo, porém atualmente não há mais o museu, metade do armamento foi roubado e os que restaram não se encontram em um local específico.

Figura 11 - Arma Nº 01 - Fuzil calibre 7,62mm

Fonte: Maria do Amparo, 2014.

Figura 12 – Arma Nº 03 - Carabina “WINCHESTER” Calibre .44´´

Fonte: Maria do Amparo (2014).

Figura 13 – Arma Nº 06 - Espingarda calibre 20,0mm

Fonte: Maria do Amparo (2014).

Figura 14 – Cartuchos de diversos calibres

Fonte: Maria do Amparo (2014).

Figura 15 – 01 peça Cal 110.5mm de alma lisa, antecarga, com inscrições na parte posterior “F SOLID”

Fonte: Maria do Amparo (2014)

3.1. Simbolismo e religiosidade

Para aqueles que transitam rapidamente pela BR-343, o portal que há na rodovia simboliza duas espingardas vermelhas que estão em frente ao monumento, chamando bastante atenção. Porém a oportunidade de percorrer cada espaço do monumento celebrativo, adentrar no cemitério e perceber as simbologias presentes no lugar que atravessaram os anos, receberam tantos ex-votos e ouviram tantas histórias de preces suplicadas e atendidas, é uma experiência de grande profundidade que não passa imperceptível. Essa provavelmente é uma das principais percepções que um visitante terá ao chegar no local.

Como dito em capítulos anteriores, um artefato ou ambiente pode sofrer modificações no decorrer do tempo e essas transformações estão alinhadas a causas sociais que ressignificam o sentido de algo. Muitas dessas motivações

que transformam um contexto, estão alinhadas a causas políticas, como é o caso do foco do trabalho em questão. Como destaca Funari (2007) a respeito das relações de hierarquia, é perceptível a ligação entre a mudança final de uma configuração social motivada por problemas sociais:

Através do estudo da cultura material, é possível fazer a “leitura” desses aspectos políticos que mudaram as estruturas sociais e com o tempo, sofreram adaptações no contexto social e na paisagem. A Arqueologia em seus parâmetros atuais, lançando mão de traços dos pós-processualismo, busca o estudo dessas estruturas sociais que por muito tempo foram excluídas e ignoradas. Com essa mudança, atualmente as pesquisas relacionadas a Arqueologia do Conflito e dos Campos de Batalha tem contribuído para a Arqueologia por aprofundar as linhas de estudo de populações marginalizadas, contribuindo para a construção de uma Arqueologia colaborativa. Ou seja, a disciplina além de adquirir caráter investigativo, hoje alcança uma nova roupagem sendo participante nas lutas sociais, assim como destaca o autor Funari (2010):

> Uns falam da grandeza dos antepassados, outros ressaltam as lutas dos humildes trabalhadores. Na Europa, ao culto à tradição aristocrática, opõe-se o quotidiano de camponeses e trabalhadores. No Brasil, não há individualismo capitalista nem tradição aristocrática que resistam à escravidão e à exclusão social de amplas maiorias, ademais heterogêneas ao extremo: de negros a indígenas, de pobres imigrantes a judeus errantes, de sertanejos a seringueiros (Funari, 2010; p. 4 - 5).

Os estudos do período colonial atualmente não abordam apenas a análise dos costumes e cotidiano da aristocracia. Há um outro foco também importante, que abarca o estudo dos povos indígenas aldeados, dos povos africanos escravizados e das lutas importantes protagonizadas pelo povo simples e pobre, sendo estes, temas muito explorados na Arqueologia Histórica atualmente.

A respeito dessa nova forma de investigação, nota-se que o contexto arqueológico também sofre mudanças, trazendo novos significados e usos atuais, seja de objetos ou de espaços. Essa é uma característica visível no estudo dos túmulos e do ambiente do Cemitério do Batalhão do Jenipapo. Um cemitério tem a função de enterro daqueles que se foram, mas no caso do Cemitério do Batalhão de Campo Maior, esse aspecto é modificado, trazendo

novos usos entrelaçados ao simbolismo e religiosidade, como afirma Zilles (1996).

> O símbolo pertence à categoria dos signos ou sinais. Quando os sinais constituem uma unidade com aquilo que significam, chamamo-los símbolos. Em sua etimologia original, o símbolo é um objeto cortado em dois, cujas partes reunidas permitem reconhecer-se a quem as possui. O símbolo é bipolar, conjugando o visível e o invisível, o presente e o distante, o idêntico e o distinto. Símbolo é um objeto, um gesto, um elemento, um movimento ou uma ação que vale não o que é em si, mas o que significa. (Zilles, 1996, p.12).

Os espaços funerários naturalmente estão ao redor da religiosidade através dos símbolos, sendo comum encontrar velas acesas nas estruturas tumulares, coroas de flores e pessoas realizando suas orações. No Cemitério do Batalhão não é diferente, todavia, o simbolismo é fortemente representado para o objeto de estudo.

As pessoas que visitam o local para realizar suas preces, por exemplo, têm brevemente o conhecimento histórico que o local aborda, e suas orações e visitas costumam ser, como costumam dizer, para as almas que descansam no local.

Por isso, é comum encontrar no local diversos objetos religiosos como velas, ex-votos, garrafas de água, coroas de flores, etc. como demonstrado nas figuras abaixo.

Figura 16 - Cruzeiro com diversas velas e alguns ex-votos.

Fonte: João Albert, 2022

Figura 17 - Homem e mulher acendendo velas próximo ao cruzeiro em atitude de devoção no Cemitério do Batalhão.

Fonte:Wilson Filho / Cidade Verde, 2015.

Em conclusão, o Cemitério do Batalhão possui um espaço enraizado pelo simbolismo e religiosidade ao mesmo tempo que é nutrido de preces, orações e objetos de caráter devocional que representam a particularidade das pessoas que o visitam, mas ao mesmo tempo traz perspectivas plurais sobre a intenção social do lugar. Assim, busca-se compreender a relação entre os elementos simbólicos e as representações distintas que se têm estabelecido no Cemitério do Batalhão do Jenipapo bem como o vínculo que a população criou com o mesmo no decorrer do tempo.

4. CARACTERIZAÇÃO E MAPEAMENTO DO CEMITÉRIO DO BATALHÃO

Esse trabalho é a junção de métodos com finalidades de natureza aplicada na qual busca-se a realização de um trabalho complementar a outros semelhantes acerca do objeto de estudo e ao mesmo tempo, com uma originalidade própria através da aplicação de novos métodos de investigação. A pesquisa é explicativa por dar continuidade a demais pesquisas descritivas e exploratórias além de apresentar uma abordagem de estudo quali-quantitativo.

O período em que o trabalho foi realizado é correspondente ao cronograma da pesquisa de Iniciação Científica Voluntária com o título do plano de trabalho “Prospecção e mapeamento do Campo da Batalha do Jenipapo e das travessias do rio Jenipapo em Campo Maior, Piauí” e é referente a data de 1 de setembro de 2021 a 31 de agosto de 2022. Entretanto, após a finalização da pesquisa, foi realizada outra viagem na data de 13 de março de 2023, em comemoração ao aniversário de 200 anos do conflito da Batalha do Jenipapo.

Pelo fato deste trabalho se tratar de uma interpretação dos elementos do Cemitério do Batalhão e seus arredores, foram empregados diversos procedimentos teórico-metodológicos para chegar ao objetivo final. O sistema aplicado na elaboração da pesquisa consistiu em primeiramente promover o agrupamento de todos os documentos, artigos, cartas e livros acessíveis de diferentes períodos sobre a Batalha do Jenipapo e a historiografia piauiense. Também foram reunidos livros e artigos referentes a arqueologia histórica, arqueologia em campos de batalha e arqueologia do conflito. Feito o levantamento da documentação disponível, deu-se início a leitura e produção de fichamentos de cada um dos arquivos. Sobre os fichamentos, uma prática que auxiliou na construção da fundamentação e abordagem teórica utilizadas, foi a “filtragem” dos textos identificando o foco textual e selecionando de cada um, um grupo de palavras chaves que auxiliassem na compreensão do objetivo dos documentos. Dentre os textos utilizados, muitos são essencialmente da área da História já que o evento em si se trata de um momento do período colonial, sendo, portanto, documentos escritos. Entretanto, faz parte também da disciplina da Arqueologia Histórica como já mencionado e aprofundado em capítulos anteriores pois a área de Arqueologia abarca o contexto factual, os vestígios da cultura material - podendo ser móveis ou imóveis - e a relação do artefato com a sociedade que o construiu, utilizou e descartou.

Mesmo após a leitura analítica dos documentos, em diversos momentos da construção do trabalho foi necessário retornar às páginas para assimilar os artigos atuais com documentos e livros antigos.

A leitura e exame dos trabalhos anteriores perdurou até quase o fim do período de duração do projeto, algo que já se esperava, pois duas das etapas que necessitam de maior atenção e demandam mais tempo são a pesquisa bibliográfica e o tratamento de dados das informações que se obteve nas atividades de campo.

Com o decorrer dos estudos, foi possível verificar que diversas informações acerca da historiografia piauiense, repetiam-se em vários outros artigos e livros como por exemplo, acerca da descrição do Piauí, suas primeiras capitanias e as numerosas fazendas de gado.

Os registros acerca das famílias imperiais possuem uma sucinta descrição e riqueza de informações sobre como a elite piauiense adentrou o território, fixou-se nos núcleos urbanos, - ou vilas - perpetuaram sua soberania, construíram um contingente econômico e territorial extenso, modificaram a estrutura social desde o início da colonização e como sua estrutura de partida aliada a família constituíram sua autoridade, porém também seu declínio em conjunto com conflitos sociais.

Em contrapartida, povos marginalizados foram excluídos dos documentos e quando são mencionados, referem-se apenas a sua resistência que na época era vista como hostilidade. Tanto os povos indígenas quanto os povos escravizados possuem pouquíssimas linhas na história piauiense. Menciona-se apenas suas localizações, demografia, nomes das populações e muitos caracteres sobre suas ações de invasão às fazendas e início de conflitos, porém motivadas pelo domínio do território que anteriormente a 1.500, pertenciam aos povos indígenas. Todavia as informações sobre sua variedade linguística, traços culturais e étnicos não são encontrados com maior explanação como nas famílias coloniais.

Após um apanhado geral acerca da historiografia piauiense, partimos então para os artigos do campo da Arqueologia Histórica relacionadas ao conflito da Batalha do Jenipapo, na qual trabalham com a cultura material do evento, como por exemplo o armamento bélico utilizado, os possíveis caminhos de travessias utilizados, as fazendas de gado que estiveram presentes

intensivamente no decorrer da cronologia e que também foram utilizadas pelas tropas do confronto etc. Ao manejar os dados arqueológicos do período em questão, nota-se algo interessante acerca da abordagem de informações coletadas. Muitos artigos construídos até aqui sobre o tema trazem novas características e análises sobre o conflito e novos estudos de forma particular da cultura material sendo estes trabalhos um dos que estão em constante construção.

Para a confecção dos resumos e fichamentos foram necessárias várias leituras ativas se cada documento para melhor assimilação das ideias. A estrutura em si foi respeitada, entretanto, sempre era anexado para cada texto mais informações de outros artigos ou de pesquisas na Internet para construir ligações entre as especificidades dos eventos.

- Primeira viagem (10 de março de 2022)

Após concluída a leitura dos arquivos, foi feita a primeira das quatro viagens de campo que aconteceriam ao longo do trabalho. A viagem “introdutória” ao campo tema da pesquisa - o Cemitério do Batalhão - foi realizada três dias antes do aniversário de 199 anos da Batalha do Jenipapo.

Todos os anos são feitas comemorações neste dia no local do Monumento aos Heróis do Jenipapo. Devido a ocasião, era um momento oportuno para verificar os preparativos feitos nessa data comemorativa. No local, em frente ao Monumento Herois do Jenipapo, havia diversas estruturas sendo montadas para apresentações e para servir de abrigo para autoridades como governador, prefeito e reitores de universidade que estariam presentes na cerimônia. A celebração trata-se da solenidade cívico-militar que acontece todos os anos e conta com desfile militar, apresentação da peça teatral “A Batalha do Jenipapo” e entrega de medalhas.

Antes de fazer a primeira prospecção nos arredores do monumento e no cemitério, o senhor Miranda - guia do local - apresentou-se e passou as primeiras atualizações sobre as mudanças ocorridas. No local atrás do monumento - onde antes ficava o museu com armamentos bélicos - e no interior do cemitério foram realizadas diversas mudanças como a construção de uma passarela que inicia no monumento e segue um trajeto em linha reta até o obelisco no fim do cemitério (Figura 18).

Figura 18 - Passarela construída no trajeto do cemitério que interliga o monumento ao obelisco.

Fonte: Acervo próprio, 2022.

Outra das modificações notáveis é acerca dos equipamentos bélicos que haviam disponíveis em uma exposição permanente no museu. Alguns deles foram furtados e como consequência foi feita a retirada de toda a coleção do armamento bélico do local. Havia também alguns mapas e placas no interior, mas foram retiradas para a restauração. Onde antes ficava a exposição das armas utilizadas, foi colocado uma maquete elaborada e construída por uma empresa terceirizada que no momento da nossa visita estavam finalizando a montagem. A maquete (Figura 19) trata-se de uma representação visual dos acontecimentos antecedentes, presentes e sucessores da Batalha do Jenipapo bem como a hidrografia e caminhos existentes e percorridos do local.

Figura 19 - Maquete confeccionada no local onde antes era o museu do monumento

Fonte: Jéssica Melo, 2022.

Ainda na área do monumento, foram reativados os espelhos d'água além de ser feita a troca do piso, porém, grande parte das mudanças ocorreram no interior do Cemitério. Além da passarela construída no cemitério, nas laterais dela foram plantadas pequenas mudas de plantas com flores e instaladas iluminação com lâmpadas menores. No contorno do cemitério onde fica a cerca de arame farpado foram colocados diversos postes de luz para iluminação do local.

Figura 20 - Passarela do trajeto do cemitério durante a noite para destaque da iluminação.

Fonte: Acervo próprio, 2022.

Além disso, houve a instalação de lâmpadas nas árvores situadas em torno dos túmulos. No fim do cemitério, havia um cruzeiro que na visita em questão estava sendo colocado em uma estrutura recém-construída de concreto e sendo feita a troca do crucifixo que estava queimado por um novo.

De acordo com o senhor Miranda, a cruz do cruzeiro, por ser de madeira, necessita de troca todos os anos por causa da queima do fogo das velas que são colocadas no cruzeiro.

Após a análise das transformações efetuadas no ambiente, deu-se início a atividade de campo programada para aquele dia. Uma das primeiras técnicas práticas executadas como metodologia para a primeira viagem de campo, foi a prospecção por caminhamento em toda a área que corresponde ao cemitério, incluindo arredores de seus limites. Isso porque a área onde abrange as

sepulturas é delimitada por um contorno de pedras que circundam o local. Após o contorno, há uma área de vegetação com solo igual ao do cemitério, porém, é uma área limitada por cercas de arame farpado e circundada com postes de luz.

Nessa prospecção não foi possível encontrar nenhum vestígio por causa da vegetação que estava a uma altura considerável e sofreria retirada nos próximos dias para a celebração.

Figura 21 - Vegetação recobrindo túmulos do cemitério

Fonte: Acervo próprio, 2022.

Após a prospecção foi realizado um estudo prévio dos túmulos, na qual estes são divididos em: sepulturas com estrutura semelhante às contemporâneas, sendo estes em menor número, e a grande maioria formada pela junção e sobreposição de pedras. Grande parte possuía símbolos religiosos como crucifixos e estrelas, principalmente os túmulos de pedras e os de estrutura semelhante aos atuais, mas mais antigos. Havia muitos túmulos formados por pedras que não tinham nenhum símbolo religioso (Figura 22). Pela análise, este fato pode ocorrer por causa de dois fatores. O primeiro é em decorrência de intemperismos como chuva, insolação, ventos e animais na qual muitos desses símbolos feitos de madeira não resistem ao tempo e a ações humanas como as velas acendidas para orações colocadas próximas aos túmulos. Outro motivo é a respeito da “idade” dos túmulos, pois como grande parte deles são simbólicos, muitas pessoas que visitam o local atualmente reúnem pedras para a formação de novos túmulos.

Figura 22 - Túmulo sem nenhum símbolo religioso.

Fonte: Acervo próprio, 2022.

Algumas sepulturas contemporâneas possuem placas indicando dados do falecido. Este é um ponto específico para ser destacado. Como já foi mencionado, a maior parte destes túmulos são simbólicos e não é comprovado que existem corpos enterrados, pois nunca foram encontradas ossadas ou foram feitas escavações. Os únicos túmulos que possuem algum tipo de comprovação de que há pessoas sepultadas são os contemporâneos, sendo um deles o de Monsenhor Chaves.

Ainda sobre o estudo dos túmulos, existiam dúvidas acerca da sua temporalidade na qual entendia-se que havia túmulos recentes e antigos por causa da diferenciação da coloração avermelhada mais clara (túmulos recentes). Porém ao analisar as bases deles, via-se que as pedras inferiores tinham uma coloração mais escurecida do que as superiores. Com isso, concluiu-se que houve um reagrupamento das pedras na qual visualmente provocou a impressão de um aumento no número total de túmulos do cemitério.

Das atividades realizadas foram feitas primeiramente as anotações das mudanças ocorridas e após isso realizada uma prospecção por caminhamento por todo o cemitério com o objetivo de observar a superfície do local na possibilidade de encontrar qualquer vestígio da cultura material. Além da prospecção por caminhamento foi feita também a prospecção aérea do local do

cemitério e monumento com auxílio de um drone. Foram feitas também fotografias das estruturas, bustos e da paisagem do local.

Figura 23 - Canhão em evidência no Monumento do Batalhão com bustos ao fundo

Fonte: Acervo Próprio, 2022.

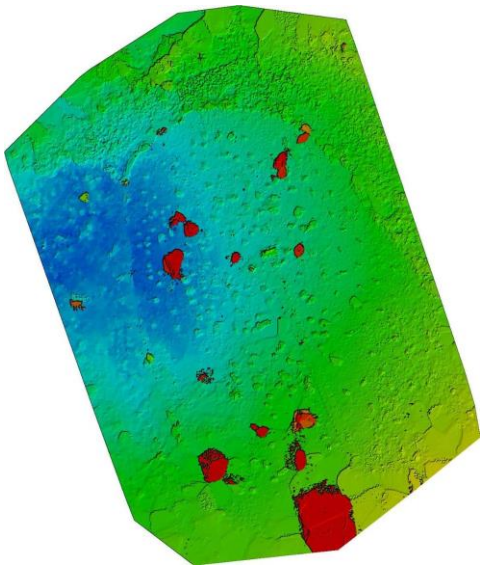
- Segunda viagem (10 de julho de 2022)

A segunda viagem foi feita no dia 10 de julho de 2022 e novamente foram feitas novas filmagens e registros fotográficos com drone, para obter uma imagem aérea da área total. Foram também obtidas imagens no interior do cemitério e seus arredores com o auxílio de drone.

Através dessas imagens, foi possível a construção de um modelo digital do terreno do Cemitério e ortomosaico do sítio através do georreferenciamento (Figuras 24 e 25).

Mais uma vez conversamos com o senhor Miranda e o mesmo repassou informações sobre as pedras que fazem o contorno dos túmulos do cemitério na qual elas foram colocadas na época da construção do monumento na década de 1970 e as mesmas foram retiradas dos túmulos (Figura 26).

Figura 24 - Modelo digital da área correspondente ao Cemitério do Batalhão



Fonte: Flávio R. Calippo, 2022.

Com a análise do modelo digital, podemos obter informações a respeito da área de estudo bem como suas elevações e declinações, presença ou ausência de vegetação etc. através da distinção de cores apresentadas.

Figura 25 - Modelo ortomosaico da área correspondente ao Cemitério do Batalhão

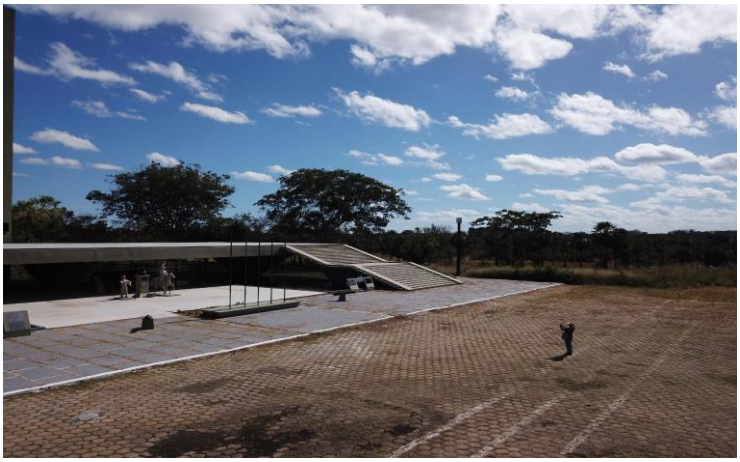
Fonte: Flávio R. Calippo, 2022.

Através da análise do modelo ortomosaico da área de estudo, é possível ter uma abrangência total com a correção geométrica bem como a identificação de seus elementos de maneira uniforme. Com a análise do modelo acima, é possível notar a maior quantidade de túmulos no lado direito do que no lado esquerdo, algo que também é bastante perceptível ao analisar pessoalmente.

Figura 26 - Cemitério do Batalhão, antes da construção do Monumento, na década de 1970

Fonte : Fundac Piauí, 2012.

Figura 27 - Imagem aérea feita com drone da parte frontal do Monumento Batalhão do Jenipapo



Fonte: Flávio R. Calippo, 2022.

Na figura é possível notar o tamanho do Monumento construído que encobre a entrada do Cemitério do Batalhão.

Figura 28 - Imagem feita com drone do Cemitério do Batalhão

Fonte: Flávio R. Calippo, 2022.

- Terceira viagem

A terceira viagem foi feita no dia 16 de agosto de 2022 e nesta ida ao cemitério foi feita a contagem de todos os túmulos com auxílio de etiquetas adesivas numeradas. Com a contagem, foram identificados 380 túmulos no total.

Ao mesmo tempo em que estava sendo feita a numeração dos túmulos, foram feitas também a fotografia de cada túmulo utilizando uma escala para a comparação de tamanho e uma outra com a identificação voltada para o norte. Foram encontradas as coordenadas de cada túmulo com o auxílio de GPS, realizando o mapeamento de todos os túmulos do sítio. No fim de cada viagem de campo foi realizado o tratamento de imagens e a ordenação e análise dos dados adquiridos em campo.

Figura 29 - Túmulo com etiqueta numérica e escala apontando para o norte

Fonte: Acervo próprio, 2022.

Através da contagem dos túmulos foi possível notar a quantidade em maior número do lado esquerdo, além das etiquetas terem sido essenciais para a identificação de cada túmulo, evitando assim uma recontagem.

- Quarta viagem (14 de janeiro de 2023)

Na penúltima viagem, foi feito o tombamento dos túmulos e foram utilizados tinta à prova d'água do tipo nanquim, pincel bico de pena, removedor de esmaltes e algodão. As inscrições dos tombamentos foram feitas nos crucifixos e quando os túmulos não o tinham, eram feitas nas pedras, as problemáticas de serem feitas nas pedras era o fato de que elas não são fixas nos túmulos, podendo facilmente serem transportadas para outro local. Essa atividade de tombamento durou todo o dia e não foram feitas nenhuma outra atividade.

- Quinta viagem (13 de março de 2023)

A última viagem realizada ocorreu no dia que estava ocorrendo a comemoração de 200 anos do conflito da Batalha do Jenipapo. Pela primeira vez nas viagens de campo deste trabalho foi possível ter a experiência de assistir ao evento e toda sua programação.

Dentre as festividades, houve apresentações de representantes do governo e de Universidades, apresentação teatral da "Batalha do Jenipapo" e desfile cívico-militar. Entre os presentes, estava a população campo-maiorense, turistas e estudantes de diversas escolas.

Figura 30 - Apresentação cívico-militar em comemoração dos 200 anos da Batalha do Jenipapo.

Fonte: Acervo próprio, 2023.

Após o fim das viagens de campo, análise de dados e entrega de relatório, foi possível destacar aspectos importantes do cemitério a respeito do estudo de seu contexto histórico e transformações ao longo do tempo. Entretanto, algo que chamou grande atenção diz respeito às obras de restauração e preservação que foram realizadas no sítio. Sua aplicação no sítio em questão é inegavelmente positiva para a manutenção do turismo e acessibilidade do local pois foram colocadas rampas e iluminação, trazendo facilidade no seu acesso. Porém, tal procedimento foi realizado de maneira inadequada, já que as autoridades responsáveis pelo financiamento das obras poderiam ter entrado em contato com alguma empresa de arqueologia para realizar sondagens em toda a área que a terra seria removida e consolidado estruturas acima dela. Como por exemplo, toda a área da passarela e o local em que foi construído uma estrutura para o cruzeiro na qual este apoio trata-se de uma pequena plataforma quadrangular de concreto, semelhante ao coreto próximo. A escavação seria uma grande oportunidade para encontrar vestígios do período no local.

Outra questão é a respeito da confecção da maquete no espaço onde antes era o museu do Batalhão do Jenipapo. A metodologia pedagógica que a maquete proporciona é inegavelmente essencial para a compreensão dos fatos históricos que antecederam o conflito, todavia, deveriam ter encontrado estratégias mais adequadas sobre a maneira como ela foi estruturada e o local utilizado para exposição.

A maquete em si ocupa toda a área do Museu e foi feita de madeira compensada, uma matéria prima muito sensível à umidade. Foi possível ver na prática em uma das viagens de campo que estava chovendo constantemente, que a água da chuva, somada aos espelhos d’água próximos ao Museu, provocavam uma pequena inundação, entrando no espaço do Museus e deixando a base da madeira da maquete “inflada”.

Os trabalhos citados que objetivavam melhorias no monumento e cemitério evidenciam o despreparo do Poder Público acerca das necessidades emergentes que existem no Cemitério do Batalhão. Os projetos realizados buscam apenas “decorar” o local sem realizar melhorias efetivas que contribuam para uma boa experiência ao visitante e moradores locais.

A respeito dessas obras feitas de maneira inadequada no sítio arqueológico, Carvalho (2014) destaca “além desses projetos políticos de

construções indevidas em áreas tombadas, como é o caso do Cemitério, nenhuma outra política tem sido desenvolvida no sentido da preservação, da oferta de uma infraestrutura adequada ao turismo cultural, de pessoal devidamente preparado, gerando insatisfação de turistas e dos moradores de Campo Maior com aquele local (Silva, 2012, p. 21). No ano de 2012, por ocasião das comemorações do dia 13 de março, foi feita a colocação de postes de ferro na própria área de acesso ao interior do cemitério com o objetivo de embelezar o local para receber as honrarias fúnebres promovidas pelas autoridades políticas" Outra problemática identificada em uma conversa com o segurança do local, foi a respeito dos postes de iluminação que circundam o local na qual nunca foram trocadas e nenhuma encontra-se atualmente em funcionamento.

Um aspecto que infelizmente tem sido presente a muitos anos, mas nunca foi solucionado, trata-se da vegetação alta que encobre todo o cemitério. Nos períodos quentes do ano, não há grama ou arbusto. Mas a partir do início do inverno, toda a vegetação cresce cobrindo os túmulos do cemitério e prejudicando sua visibilidade. Turistas e moradores locais já denunciam constantemente esse problema que perdura a anos (Carvalho, 2014). Todos os anos é feito apenas o corte do caule das plantas, ou seja, aparam a vegetação. Uma proposta interventiva que solucionaria esse problema seria tirar pela raiz todo o matagal, com o tempo, seu crescimento iria desacelerar e não seria necessário a manutenção constante do corte.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória dos estudos relacionados à Batalha do Jenipapo neste trabalho iniciou-se em 2021 através da oportunidade de adentrar na Iniciação Científica. De lá para cá foram dados muitos passos na busca da adoção de procedimentos coerentes dentro da Arqueologia que trouxessem novas contribuições para o tema do conflito bélico. O estudo da cultura material do Cemitério do Batalhão foi o ponto principal encontrado para que houvesse essa interdisciplinaridade entre a Arqueologia e a História. A caracterização da cultura material presente no Cemitério do Batalhão foi possível devido às pesquisas realizadas anteriormente por autores locais. No cenário da Arqueologia temos a Tese de doutorado de Carvalho (2014), e a Tese de mestrado de Branco (2018) que abordam de maneira exploratória os diversos locais e itens arqueológicos provenientes do conflito criando um levantamento sobre a Batalha do Jenipapo sob a ótica da Arqueologia. Com a introdução dada no campo de estudo destes dois trabalhos essenciais, houve a possibilidade de conciliar os dados históricos obtidos ao longo do trabalho com a Arqueologia Histórica. Como bem assinala Carvalho (2014) a realização de métodos mais invasivos voltados a Arqueologia como escavações e sondagens, eram práticas que resultam em novas fontes para estudo entretanto, a escassez de recursos, materiais e infraestrutura permitiu um novo tipo de exploração, a escavação no campo historiográfico. Com as ferramentas e técnicas da Arqueologia Histórica e de suas ramificações para o estudo da cultura material, foi possível analisar a mesma com as fontes históricas disponíveis e associar essas duas disciplinas, a Arqueologia e a História. O uso de pressupostos da Arqueologia em Campos de Batalhas foi crucial durante os estudos da Batalha do Jenipapo, mas no campo geral do estudo de conflitos bélicos, são estudos iniciais em decorrência da ausência de grandes estruturas originadas após o confronto. Este é um fator que contribui para a aceleração da investigação tendo em vista que as grandes estruturas são uma espécie de símbolo representativo que comprova os acontecimentos que a representam. Devido a curta duração do conflito da Batalha do Jenipapo e os governos na época muitos vestígios materiais e orais foram perdidos, mas em muitos habitantes, ainda é perceptível pequenos traços que restam sobre esse acontecimento, traços esses representados pela memória, oralidade, documentos históricos e autores locais (Branco, 2018). Os objetivos destacados

neste trabalho tratam-se da caracterização do Cemitério do Batalhão bem como a maneira que o mesmo é utilizado nos tempos atuais, além do apanhado geral sobre os vestígios arqueológicos existentes além dos túmulos do cemitério.

Um aspecto que foi profundamente destacado na caracterização do cemitério, mas não estava no roteiro de planos iniciais, foi a respeito das modificações realizadas na estrutura do lugar bem como a implementação de novos artifícios que configuram no fornecimento de acessibilidade e locais readaptados para novas funções. Essa prática foi descrita e discutida mais com maior aprofundamento em capítulos anteriores, todavia, fica novamente evidente a grande necessidade de haver uma ligação entre o sítio arqueológico e órgãos responsáveis pela proteção e preservação desses bens tombados

A respeito da descrição e caracterização do local e seus elementos correspondentes, foi possível criar um apanhado inicial quantitativo dos túmulos disponíveis, suas características singulares e meios de registro. Todavia este último é algo que deve ser realizado novamente em pesquisas futuras devido a inacessibilidade de locais nos túmulos (principalmente os que contêm símbolos religiosos de madeira) que resistam a ação do tempo. Ainda sobre a caracterização dos túmulos, foi iniciado uma espécie de inventário que não foi finalizado, por este método não entrou no trabalho em questão. Porém, há a necessidade de reconstruir esse inventário para uma perspectiva mais detalhista dos túmulos, sendo um método possível para novas pesquisas. Futuramente, com o avanço dos estudos, será possível uma escavação no local, mas atualmente há outros métodos que podem ser aplicados que não necessitam de ferramentas e recursos maiores, como a prospecção no rio Jenipapo, que não foi possível ser feita neste trabalho devido a disponibilidade dos períodos de campo serem nas mesmas épocas de cheias dos rios, mas, tal possibilidade é fornecida para futuros pesquisadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, E**.** M "Geological Formations and Testimony Hills of Piauí". Ed. Geosciences, 2010.

ALMEIDA, E. M. **"Neossolos e Sua Utilização no Semiárido Brasileiro"**. Ed. UFPI, 2012.

ALVES, V. E. L. As bases históricas da formação territorial piauiense. **Geosul,** Florianópolis, v. 18, n. 36, p 55-76, 2003.

ANICO, M. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade **Horizontes Antropológicos**, 11(23):71-86, 2005.

APPADURAI, A. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: M. FEATHERSTONE, Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis, **Vozes**, p. 311-327, 1990.2

APPADURAI, A. **Dimensões culturais da globalização.** Lisboa: Editorial Teorema, 1996.

ARAÚJO, J. C., et al. Integrated Management of Water Resources in the Brazilian Semi-Arid . **Brazilian Journal of Water Resources**, 19(3), 437-448, 2014.

O, J. C., et al. "Variabilidade Climática no Semiárido do Nordeste Brasileiro." **Revista Brasileira de Meteorologia,** 29(3), 351-362, 2014.

BARCELOS, Artur H. F. **Espaço e arqueologia nas missões Jesuíticas: o caso de São João Batista.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. 408p (Coleção Arqueologia).

BARROS, J. S; CASTRO, A. A. J. F. Compartimentação geoambiental no complexo de campo maior, PI: uma área de tensão ecológica. **Scielo**, Campo Grande, 2006.

BENTO, Coronel Cláudio Moreira. **O combate de Jenipapo: descrição e análise militar e a sua projeção estratégica na independência do Ceará, Piauí e Maranhão.** Resende: Edição da ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL, 2009.

BICHO, N. F. **Manual de Arqueologia Pré-histórica.** Lisboa: Edições 70, 2011. - 541p.

BRANCO, Anne Kareninne Souza Castelo. **Arqueologias em campos de batalha: acampamento, caminhos antigos das tropas das batalhas do Jenipapo.** Tese (Mestrado em Arqueologia) - Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2018.

BRANDÃO, Tania Maria Pires. **A elite colonial piauiense: família e poder.** 1. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

Campo Maior – PI. Infosanbas, 2020. Disponível em: https://infosanbas.org.br/municipio/campo-maior-pi/ Acesso em: 27 de julho de 2024.

CARDOSO, José Carlos Loio Pinheiro. **Armas de fogo de cano de alma lisa:** contribuição para análise das características do disparo. Dissertação (Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses), Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Coimbra - Portugal, 2011. 188p

CARMAN, John. Battlefields as cultural resources. **Post-Medieval Archaeology** 39/2 (2005), p. 215-223.

CARNEIRO, M. **Construções tumulares e representações de alteridade: materialidade e simbolismo no cemitério municipal São José, Ponta Grossa/PR/BR**, 1881-2011. 2012. 167 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Direito e Cidadania) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

CARVALHO, de Moraes; MD, & Rodrigues CAVALCANTE, J. Rodrigues. Memória social da Batalha do Jenipapo: trilhas e enredos patrimoniais em Campo Maior (PI). **Ciências Sociais Unisinos** (2011).

CARVALHO, Maria do Amparo Alves. Arqueologia e memória: uma abordagem sobre a batalha do Jenipapo. **Cuadernos de Antropología,** Segunda Época, Departamento de Ciencias Sociales Universidad Nacional de Luján, n° 24, p. 71 pp. 71-106

CARVALHO, Maria do Amparo Alves. **Batalha do Jenipapo: reminiscências da cultura material em uma abordagem arqueológica.** Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

CARVALHO, Maria do Amparo Alves. **A Batalha do Jenipapo no contexto das lutas pela emancipação política do norte do Brasil.** Teresina, v. 5, n. 2, jul./dez. 2016.

CASTRO, Carlos Félix Teixeira. **História do Piauí**. Teresina, 2006.

CHAVES, A. & SABOIA, A. C. et. al. **O contributo da inventariação do geopatrimônio para a promoção da geoconservação do território: o caso de Campo Maior, PI, Brasil,** 2001.

CHAVES, Monsenhor Joaquim. **O Piauí nas lutas pela Independência do Brasil.** Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005. Obra completa.

COSTA, F. J., et al. **Agricultural Potential of Cambisols in Piauí** . Brazilian Journal of Soil Science, 39(4), 923-935, 2015.

COSTA, E. M. Lagoa do Campo and Its Ecological Importance in Campo Maior, Piauí. **Journal of Ecology and Conservation**, 8(1), 87-98, 2012.

COSTA, F. M. Community Participation in the Management of Water Resources in the Jenipapo River Basin . **Environmental Education Magazine**, 10(2), 123-134, 2015.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil (2002). **"Mapa Geológico do Estado do Piauí".**

CRUZ, E. S. V. A sangrenta Batalha do Jenipapo, que opôs brasileiros e portugueses no sertão um ano após Independência 'pacífica'. BBC News Brasil, 2022. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61431147 Acesso em: 18 de julho de 2024.

DANTAS, Monica Duarte. **Povoação e ocupação do sertão de dentro baiano (Itapicuru, 1549 – 1822).** Universidade de São Paulo. Penélope, n° 23, 2000 pp. 9 – 30.

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2008). **"O Cerrado: Ecologia e Flora."**

FONSECA NETO, Antonio. **Jenipapo**: riacho irrigado com o sangue da esperança. Teresina: CCOM, Governo do Estado do Piauí, 2010. 60p

FONSECA, R. M., & Lima, J. C. Gleisols: Characteristics and Agricultural Potential . **Journal of Agrarian Geography**, 12(3), 287-302, 2014

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. A arqueologia histórica em uma perspectiva mundial. **Revista de História Regional,** São Paulo, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo A. e OLIVEIRA, Nanci Vieira de. A arqueologia do conflito no Brasil. In FUNARI, Pedro Paulo de Abreu; ZARANKIN, Andrés e REIS, José Alberioni. **Arqueologia da repressão e da resistência: América Latina na era das ditaduras.** São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008, pp. 141-149.

FUNARI, P. P. A. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. **Mneme - Revista de Humanidades**, *[S. l.]*, v. 6, n. 13, 2010.

HATTORI, M. L. **Arqueologia em áreas de conflito: cemitérios, obras de desenvolvimento comunidades.** Tese (Mestrado em Arqueologia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

HODDER, I. **Reading the Past: Current Approaches to Interpretation in Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012). **"Manual Técnico da Vegetação Brasileira."** 2ª edição revisada e ampliada.

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia. **"Dados Climatológicos do Estado do Piauí."** (2020).

KERN, Arno Alvarez; CARVALHO, Maria do Amparo Alves. Cultura material da Batalha do Jenipapo. **Clio Arqueológico,** V32N2, p. 209-246, 2017.

LANDA, C. LARA, O. H. **Arqueología en campos de batalla.** Editora Aspha, 2020

LANDA, C. LARA, O. H. **Campos de Batalhas da América Latina: Investigações Arqueológicas de conflitos bélicos.** Editora Aspha, 2011.

LANDA, Carlos Gilberto. **Sobre campos de batalla: arqueología de conflictos bélicos en América Latina.** (1ª ed.) Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Aspha, 2014.

LIMA, J. A. "A Lagoa do Jenipapo e Sua Importância Ecológica em Campo Maior, Piauí". **Revista de Ecologia e Conservação**, 8(1), 87-98, 2012

LIMA, J. A. "Construção e Gestão de Açudes no Semiárido do Piauí". **Revista de Engenharia Agrícola**, 30(5), 837-845, 2010.

LIMA, Andrade Tânia. Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960- 1991). São Paulo. **Anais do Museu Paulista.** Nova Série N. 1. 1993.

LIMA, J. C. "Fluvial Dynamics and Alluvial Plains in Northeastern Brazil". **Revista de Geomorphology**, 28(2), 215-230, 2011..

LIMA, I. **Hidrografia do estado do Piauí, disponibilidades e usos de água.** 2018.

LIMA, Reginaldo Gonçalves de. **Geração Campo Maior: anotações para uma enciclopédia.** Teresina, 1995.

LIMA, Tania Andrade. **Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais** Material Culture: the concrete dimension of social relations. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, 2011.

LIMA, Tania Andrade. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 28, n. 2, p. 7-23, 2002

LIMA. Nilsângela Cardoso. **Páginas da história do Piauí colonial e provincial.** Teresina: EDUFPI, 2020.

LINO, JAISSON TEIXEIRA. **Arqueologia e patrimônio da guerra: o caso do contestado.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011

LINO, Jaisson Teixeira. Escavando em campo minado: as paisagens arqueológicas de conflitos bélicos. **Revista de Arqueologia,** [S. l.], v. 35, n. 3, p. 119–136, 2022.

LOPES, Wilza Gomes Reis (et al). **Cerrado Piauiense: uma visão multidisciplinar** Teresina: EDUFPI, 2007.

MALERBA, J. **As Independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica**. São Paulo, 2005.

MELO, J. **Monumento ganha maquete da Batalha do Jenipapo.** Diário de Campo Maior, 2022. Disponível em: https://www.diariodecampomaior.com.br/noticia/47-monumento-ganha-maquete-da-batalha-do-jenipapo Acesso em: 22 de julho de 2024.

MENDES, Felipe Veijara Guimarães. **Produto de um lugar: a Independências do Maranhão em Luis Antonio Vieira da Silva e Mário Meireles.** Monografia (Graduação em História) - UEMA, São Luis, 2010.

MORAES, Maria Dione Carvalho; CAVALCANTE, Juliana Rodrigues. Memória social da Batalha do Jenipapo: trilhas e enredos patrimoniais em Campo Maior (PI). **Ciências Sociais Unisinos,** vol. 47, núm. 3, 2011, pp. 232-248.

MORAIS, Jéssica Gadelha; CARVALHO, Maria do Amparo Alves. **As (des) conhecidas representações escatológicas do acervo do cemitério Santo Antônio em Campo Maior – Piauí.** Ano V, Vol. VIII, Nº I (2018).

MOTT, Luiz. **Piauí colonial: população, economia e sociedade.** 2. ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

NEVES, Abdias. **A Guerra do Fidié.** 4. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.

NUNES, Odilon. Independência do Piauí. In: **Revista da Academia Piauiense de Letras**, n. 64, ano LXXXIX. Teresina, 2006. p. 25-37. p. 35.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **Povos indígenas do sudoeste do Piauí: conflitos e resistência nos séculos XVIII E XIX.** Memória e História, Recife. Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

OLIVEIRA, R. F. "Importância do Rio Longá para a Agricultura de Campo Maior". **Revista Brasileira de Geografia Agrária**, 18(2), 213-229, 2013.

OLIVEIRA, R. F., et al. "Latossolos do Piauí: Caracterização e Manejo". **Revista de Agricultura**, 86(2), 147-162, 2011.

OLIVEIRA, R. F., & Santos, M. C. "Evapotranspiração e Disponibilidade Hídrica no Semiárido Piauiense." **Revista de Climatologia**, 7(1), 89-102, 2011.

ORSER, Charles E.; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Introdução à arqueologia histórica**. Oficina de Livros, 1992.

Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC). **"Relatório Especial sobre Mudanças Climáticas e Eventos Extremos."** (2014).

Projeto RADAMBRASIL (1981). **"Folha SA. 24 Teresina; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra".** Levantamento de Recursos Naturais, v. 25, p. 632, 1981.

QUEIROZ, Teresinha. **A historiografia da Independência no Piauí.** Teresina: Ano 11, n. 23, nov.2010.

SANTANA, M. R. N..; SANTOS, Cineias (Org**.). O Piauí: e a unidade nacional**. Teresina: Fundapi, 2007.

SANTOS, F. J. "Processos Cársticos e Formações Calcárias no Piauí". **Boletim de Geologia,** 38(4), 342-359, 2012.

SANTOS, H. G., et al. (2006). "Geologia e Recursos Minerais do Estado do Piauí". **Revista Brasileira de Geociências**, 36(3), 545-558.

SILVA, A. S., & Santos, R. J. "Açudes e Barragens na Bacia do Rio Jenipapo: Estruturas Cruciais para a Resiliência Hídrica". **Revista de Engenharia Agrícola**, 30(5), 837-845, 2013.

SILVA, A. S., & Ferreira, R. J. "Conservação das Nascentes e Recuperação da Vegetação Ripária no Piauí". **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, 21(4), 671-685, 2016.

SILVA, A. S., et al. **"Impactos dos Eventos Climáticos Extremos na Agricultura do Piauí."** Anais da Academia Brasileira de Ciências, 85(2), 715-731, 2013.

SILVA, M. R. "Relevo e Conservação Ambiental no Piauí". **Revista Brasileira de Geografia Física,** 21(1), 101-114, 2008.

SILVA, R. S., & Araújo, L. C. "Manejo Sustentável da Água e do Solo no Semiárido do Piauí." **Revista Brasileira de Recursos Hídricos,** 17(4), 671-684, 2012.

SLOTKIN, J. S. **"Readings in Early Anthropology**". New York, Vikings. Fund Publications in Anthropology n. 40, 1965.

SOUSA, Luís Carlos Albano Duarte; ARAÚJO, Johny Santana. O governo das armas de uma província dissidente: uma breve narrativa da trajetória do Major Português João José da Cunha Fidié na Independência do Piauí (1822 – 1823). **Revista Ágora** v. 32, n. 2, 2021.

SOUZA, M. J., & Lima, L. S. "Afluentes do Rio Longá e a Recarga Hídrica em Campo Maior". **Revista de Hidrologia**, 25(3), 298-315, 2015.

SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira. Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: Cenários regionais de uma arqueologia plural. Organizadores: Walter Fagundes Morales e Flávia Prado Moi. Editora: **Annablume/Acerv**o, 2009.

TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico.** Tradução Ordep Trindade Serra: [revisão técnica Lucas de Melo Bueno, Juliana Machado]. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

WWF-Brasil (2016). "**Conservação da Caatinga: Desafios e Oportunidades."**

ZARANKIN, A.; SENATORE, M. X. (Org.). Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul. Cultura Material, Discursos e Práticas. Buenos Aires, Ediciones del Tridente, **Colección científica**, 2002, 127p. p. 06;09.

ZILLES, Urbano. **A significação dos símbolos cristãos.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.